

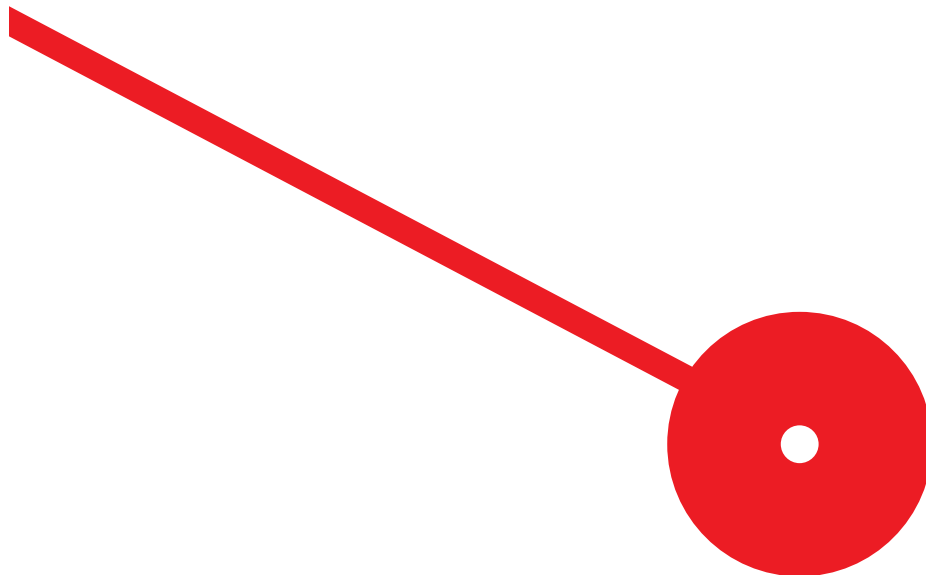


# O Impacto da Auditoria Interna na Gestão de uma Organização

Ana Cláudia Martins Ribeiro

*Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri*

OUTUBRO/2019



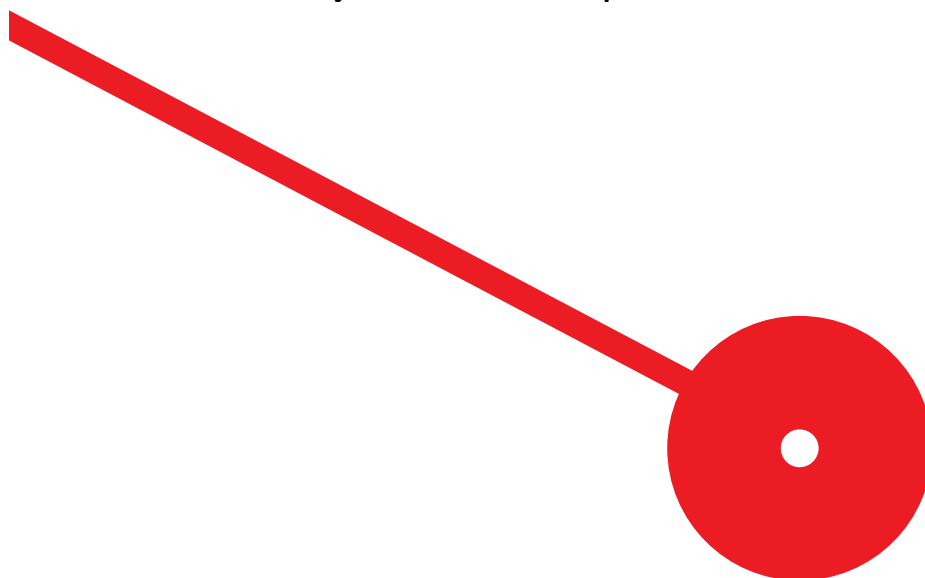


# O Impacto da Auditoria Interna na Gestão de uma Organização

Ana Cláudia Martins Ribeiro

**Dissertação de Mestrado**

**apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração  
do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob  
orientação da Professora Especialista Maria de Fátima Monteiro**



## **Agradecimentos**

Quero manifestar o meu sincero agradecimento a todos aqueles que, de formas diferentes, contribuíram para que este trabalho fosse possível.

A elaboração da Dissertação de Mestrado foi para mim um enorme desafio pois tornou-se num longo caminho de ansiedade e de angústia. Porém, ter chegado ao fim deste longo percurso deixa-me muito orgulhosa e por isso quero agradecer a todas as pessoas que fizeram parte desta etapa.

Quero agradecer à empresa onde trabalho, Cosmos-Viagens e Turismo, S.A pela ajuda e flexibilidade durante todo o meu percurso académico. O vosso apoio foi fundamental!

À minha orientadora, Professora Especialista Maria de Fátima Monteiro um sincero obrigada pelo total apoio e disponibilidade. Gostaria de deixar um agradecimento à Professora Doutora Alcina Dias por toda dedicação ao longo deste percurso.

Agradecer aos meus pais e irmãos por estarem sempre do meu lado e por me ajudarem na tomada das minhas decisões.

Ao meu namorado por todo o apoio e a todos os meus amigos pelas palavras de motivação.

Por fim, um agradecimento a todas as pessoas que, amavelmente responderam ao meu questionário.

**OBRIGADA!**

## **Resumo**

Analisar o Impacto da Auditoria Interna numa Organização poderá ser um tema de grande interesse para as empresas e para os utentes em geral. Este revela ser um tema da atualidade por desenvolver matérias que contribuem significativamente para a redução de riscos na tomada de decisão e para a melhoria na qualidade de gestão.

O crescimento constante das empresas, quer em tamanho, quer na sua diversificação económica, dificulta o controlo das mesmas e por essa razão, nos dias de hoje, a auditoria interna constitui uma função de apoio à gestão capaz de atuar em diversas áreas tais como *Corporate Governance*, gestão de risco, melhoria de práticas éticas, de controlo interno, e tecnologias de informação.

Nesta dissertação importa-nos estudar a importância que auditoria interna representa nas Organizações de forma a acrescentar valor aos investidores, clientes, fornecedores e sociedade. Neste sentido, começamos pela revisão da literatura com referência aos principais conceitos, funções e competências inerentes à atividade da auditoria interna, a partir do qual surgem as perguntas de investigação.

De seguida, procede-se à explicação da metodologia utilizada e à apresentação do caso empírico, que teve como base a preparação de um questionário.

Os resultados obtidos apontam para a importância da atividade desenvolvida pela auditoria interna no sucesso organizacional a qual iremos desenvolver ao longo da dissertação.

**Palavras chave:** Auditoria Interna; Controlo Interno; Criação de Valor; Gestão

## **Abstract**

Analyzing the impact of internal audits on an organization can be a topic of great interest to businesses in general. It reveals to be an important theme for the development of issues and contributes to reducing risk in decision making and improving management quality.

The constant growth of companies being in size or in their economical diversification, makes it difficult to control them and for this reason, nowadays, internal audit performs a tool for management support function able to perform in several areas, such as: Corporate Governance , risk management, improvement of ethical practices, internal control and information technologies.

In this dissertation, we want to study the importance that internal auditors represent in organizations in order to increase the value to shareholders, customers, suppliers and society. In this way, we started the literature review with reference to the main concepts, functions and competencies inherent to the internal audit activity, from which the research questions arise.

Then, explain the methodology created and present the empirical case, which was based on the preparation of a questionnaire.

The results point to the importance of the activity developed by the internal auditors in organizational success that will be developed in this dissertation.

**Key words:** Internal audit; Internal Control Value Creation; Management

## Índice geral

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – AUDITORIA FINANCEIRA .....</b>	<b>4</b>
1    AUDITORIA FINANCEIRA .....	5
1.1    Conceito de Auditoria Financeira .....	5
1.2    Origem e Evolução da Auditoria.....	6
1.3    As Principais Fases de uma Auditoria.....	7
1.4    Auditoria Interna versus Auditoria Externa .....	10
1.5    Coordenação e Cooperação entre Auditoria Interna e Externa .....	12
<b>Capítulo II – AUDITORIA INTERNA .....</b>	<b>14</b>
2    AUDITORIA INTERNA .....	15
2.1    Definição de Auditoria Interna.....	15
2.2    Funções da Auditoria Interna .....	16
2.3    Independência e Rotatividade do Auditor Interno .....	19
2.4    Importância da Auditoria Interna na Organização .....	20
2.5    Contributo do <i>Corporate Governance</i> na Auditoria Interna.....	21
<b>Capítulo III – CONTROLO INTERNO.....</b>	<b>23</b>
3    CONTROLO INTERNO .....	24
3.1    Conceito e Objetivos do Controlo Interno .....	24
3.2    Componentes do Controlo Interno .....	26
3.3    Limitações ao Controlo Interno.....	29
<b>Capítulo IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
4    METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....	32
4.1    Fundamentação da Escolha Metodológica.....	32
4.2    Formulação do problema.....	34
4.3    População e Amostra.....	34
4.4    Hipóteses de Estudo .....	35

4.5	Recolha de dados.....	38
4.6	Definições da Variáveis .....	39
4.7	Modelo de Análise .....	41
4.8	Relação entre as hipóteses de análise e as perguntas do questionário .....	42
<b>CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>		<b>43</b>
5	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	44
5.1	Estatística Descritiva .....	44
5.2	Estatística Inferencial .....	59
5.3	Discussão de Resultados .....	63
<b>Capítulo VI - CONCLUSÃO.....</b>		<b>69</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>		<b>73</b>
<b>Apêndices.....</b>		<b>78</b>
	Apêndice I – Questionário Realizado .....	79

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Principais Fases de uma Auditoria.....	8
Figura 2 - Características entre Auditoria Interna e Externa.....	12
Figura 3 - Funções da Auditoria Interna.....	17
Figura 4 - Modelo Conceptual ERM.....	27
Figura 5 - Modelo de Análise.....	41



## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Relação entre as perguntas de investigação e as hipóteses em análise .....	36
Tabela 2 - Relação entre as hipóteses de análise e as perguntas do questionário.....	42
Tabela 3 - Género da Amostra.....	44
Tabela 4 - Relação entre o Cargo na Organização e a Duração do mesmo.....	46
Tabela 5 - Relação entre o Volume de Negócios e o N° de trabalhadores .....	48
Tabela 6 - Áreas de atuação da Auditoria Interna .....	51
Tabela 7 - Cooperação do Órgãos de Gestão .....	56
Tabela 8 - Áreas de atuação do SCI .....	56
Tabela 9 - Divulgação dos Princípios de CG .....	57
Tabela 10 - Interpretação do p-valor .....	61
Tabela 11 - Tabela contingência relativo à existência de um DAI e influência da AI... 63	63
Tabela 12 - Teste do Qui-Quadrado por Simulação de Monte Carlo H1 .....	64
Tabela 13 - Tabela contingência relativo à Rotatividade do Auditor Interno .....	65
Tabela 14 - Teste do Qui-Quadrado por Simulação de Monte Carlo H2 .....	65
Tabela 15 - Tabela contingência relativo à existência de DAI e CG .....	66
Tabela 16 - Teste do Qui-Quadrado H3 .....	67
Tabela 17 - Tabela contingência relativo ao envolvimento do Órgão de Gestão.....	68
Tabela 18 - Teste do Qui-Quadrado por Simulação de Monte Carlo H4 .....	68

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Cargo Ocupado na Organização .....	45
Gráfico 2 - Duração do Cargo .....	45
Gráfico 3 - Setores de Atividade .....	47
Gráfico 4 - Tipo de Empresa .....	47
Gráfico 5 - Estrutura Organizacional.....	49
Gráfico 6 - Existência de Departamento de Auditoria Interna .....	49
Gráfico 7 - Colaboradores que compõem o Departamento de Auditoria Interna.....	50
Gráfico 8 - Existência de um Manual de Procedimentos .....	51
Gráfico 9 - Avaliação da atividade de Auditoria Interna.....	52
Gráfico 10 - Influência da AI na tomada de decisão .....	52
Gráfico 11 - Objetivos da Auditoria Interna numa Organização.....	53
Gráfico 12 - Relatório com recomendações da AI .....	54
Gráfico 13 - Existência de um SCI.....	54
Gráfico 14 - Aplicação do Sistema de Controlo Interno .....	55
Gráfico 15 - O Corporate Governance numa Organização .....	57
Gráfico 16 - Rotatividade do Auditor Interno .....	58
Gráfico 17 - Independência e Rotatividade do Auditor Interno .....	59

## **Lista de abreviaturas**

<b>AICPA</b>	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
<b>AI</b>	Auditoria Interna
<b>CG</b>	<i>Corporate Governance</i>
<b>CI</b>	Controlo Interno
<b>CMVM</b>	Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
<b>COSO</b>	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
<b>DAI</b>	Departamento de Auditoria Interna
<b>DF</b>	Demonstração Financeira
<b>ERM</b>	<i>Integrating with Strategy and Performance</i>
<b>IIA</b>	<i>The Institute of Internal Auditors</i>
<b>IPAI</b>	Instituto Português de Auditoria Interna
<b>ISA</b>	<i>International Statements on Auditing</i>
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
<b>SCI</b>	Sistema de Controlo Interno
<b>SEC</b>	<i>Securities and Exchange Commission</i>
<b>SOX</b>	<i>Sarbanes-Oxley</i>
<b>SPSS</b>	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>



Cada vez mais, as Organizações têm necessidade de se reinventar e tomar as decisões mais assertivas contribuindo para o crescimento da Organização assim como para o crescimento sustentado.

A necessidade de eficácia na realização dos objetivos e de eficiência na utilização de recursos exige aos responsáveis das Organizações um conhecimento cada vez maior no desempenho das suas atividades. É neste contexto de procura de maior rigor na gestão, visando desenvolver soluções, instrumentos e modelos que proporcionem mais eficiência e eficácia à gestão, que surge a necessidade da auditoria interna.

A auditoria interna é uma área que permite criar valor à organização pelo que deverá ser parte integrante de qualquer modelo de uma organização, atuando diretamente com a Administração e a Gestão da Organização.

Neste âmbito, a presente dissertação tem como principal objetivo analisar o Impacto da Auditoria Interna na Gestão de uma Organização. Nesta análise, busca-se perspetivar as áreas em que esta assume maior relevância assim como analisar o grau de influência das informações prestadas pela AI na tomada de decisão.

A presente dissertação é constituída por seis capítulos sendo os três primeiros capítulos alusivos à revisão da literatura.

Assim, o primeiro capítulo da dissertação é constituído pelo enquadramento teórico da auditoria financeira, assim como a comparação entre as duas principais vertentes da auditoria, salientando-se algumas das suas características. Ainda no mesmo capítulo, foi realizada uma análise entre a cooperação do auditor interno e externo, assinalando as principais vantagens e desvantagens.

O segundo capítulo é focado na atividade de auditoria interna no qual se refere os principais conceitos e funções da auditoria interna no panorama organizacional. Salienta-se o papel da rotatividade do auditor e qual o impacto que a rotatividade confere à qualidade da auditoria. De seguida, abordamos a importância que a auditoria interna representa para as Organizações e o contributo da mesma no *Corporate Governance*.

No terceiro capítulo analisamos o controlo interno e a importância que o mesmo assume no desempenho das Organizações. Fazemos igualmente uma reflexão sobre as limitações à sua implementação. Enquadramos esta temática com a *Lei Sarbannes- Oxley*.

No quarto capítulo são definidas as questões de investigação formuladas com base na revisão da literatura e dos objetivos que pretendemos atingir. Neste capítulo é descrito o modo como a investigação será realizada, tendo em consideração a população-alvo, objeto de estudo, definição da amostra e os procedimentos adotados na recolha de dados.

No quinto capítulo procede-se à apresentação e interpretação dos dados recolhidos bem como a análise dos mesmos, que serviram de base à validação das hipóteses definidas. A análise dos dados foi feita através de estatística descritiva e inferencial.

No último capítulo são apresentadas as conclusões finais da revisão da literatura e do estudo empírico. São, igualmente, sugeridas algumas recomendações para futuras investigações.

## **CAPÍTULO I – AUDITORIA FINANCEIRA**

---

# **1 AUDITORIA FINANCEIRA**

No presente capítulo, é abordado o tema auditoria financeira de um modo geral. Neste sentido, apresenta-se o enquadramento teórico desde a sua origem até à evolução ao longo dos tempos enumerando as principais fases de uma auditoria. Abordam-se os tipos de auditoria, a relação entre ambas e a importância das mesmas no seio de uma Organização. O presente capítulo serve como ponto de partida para um melhor entendimento sobre o trabalho de auditoria interna.

## **1.1 Conceito de Auditoria Financeira**

A auditoria financeira é uma auditoria independente que através da análise das demonstrações financeiras, utilizando procedimentos de auditoria, tem como objetivo emitir uma opinião sobre se as demonstrações financeiras traduzem de forma verdadeira e apropriada a posição patrimonial e financeira da entidade. Espera-se que esta opinião aumente o grau de confiança dos utentes das demonstrações financeiras na tomada de decisão.

De facto, a qualidade e a segurança da informação financeira prestada aos utentes assume grande importância na tomada de decisão e por essa razão a auditoria é “uma atividade extremamente regulada por normas que incluem legislação de enquadramento, requisitos de acesso ao exercício da profissão de auditor, normas de auditoria obrigatórias, regras de ética, de deontologia e de conduta, fiscalização sobre o trabalho dos auditores e normas disciplinares.” (Alves, 2015, pág.34)

Contudo, e apesar da credibilidade ao suporte financeiro constituir um dos principais objetivos de uma auditoria financeira, o mesmo autor considera que o controlo de alguns fatores contribuem para uma maior gestão e eficácia dos resultados nomeadamente: maior controlo dos recursos, supervisão das operações e ocorrência de erros que possam pôr em risco os interesses das próprias organizações.



Consequentemente, o papel do auditor assume uma posição de grande relevância devido à sua responsabilidade no panorama empresarial. Isto é, cabe ao auditor adotar uma atitude de ceticismo profissional, identificar e avaliar os riscos bem como planejar e desenvolver a auditoria com vista à obtenção de garantia razoável para emissão da sua opinião.

Perante as responsabilidades mencionadas, a auditoria externa é realizada por um auditor independente que não possui vínculo com a empresa auditada de modo a garantir a maior segurança e credibilidade da informação financeira.

Desta forma, podemos concluir que “os auditores são profissionais qualificados e necessariamente externos à empresa, com o propósito de garantir a independência e fiabilidade dos resultados das atividades das empresas e da sua posição financeira.” (Duarte, 2010, pág.9)

## **1.2 Origem e Evolução da Auditoria**

Tal como conhecemos hoje, a auditoria surgiu por volta do século XIV mais precisamente no ano de 1314 em Inglaterra quando foi criado o cargo de Auditor do Tesouro para realizar auditoria a contas publicas. A pressão das forças económicas que acompanham a profissão de auditoria desde os seus primórdios, bem como a sua adaptabilidade à realidade económica e às exigências da sociedade, originou o seu crescente desenvolvimento.

No entanto, segundo vários autores, há conhecimento que por volta do ano 4000 Antes de Cristo se efetuavam auditorias na Babilonia, na China e no Egipto sobretudo relacionadas com a cobrança de impostos e com o controlo de armazéns faraós. (Costa, 2010)

Santi (1988), aponta a Revolução Industrial que ocorreu no Reino Unido, no século XVIII, como responsável pelos registos que deram origem à auditoria. A expansão dos capitais e das atividades implicaram a necessidade de novos investimentos, exigindo a segurança do seu retorno, principalmente quando os investidores eram pessoas não ligadas à administração das entidades.

Várias são as teorias acerca da origem e evolução da auditoria ao contrário do que acontece com o surgimento da contabilidade. Alberton (2002) defende que a contabilidade surgiu com a necessidade de o Homem medir, controlar e trocar a sua produção, deixando de ser apenas uma troca de alimentos, ainda Antes de Cristo.

A contabilidade para alguns autores serve de ponto de partida para a obtenção de resultados fiáveis e credíveis com base na informação financeira. Morais & Martins (2007), apresentam a auditoria como o processo sistemático de objetivamente obter e avaliar prova acerca da correspondência entre informações, situações ou procedimentos e critérios preestabelecidos, assim como comunicar conclusões aos interessados.

Por fim, podemos concluir que o conceito de auditoria reflete as modificações económicas e sociais que ocorreram ao longo dos últimos anos. Se primordialmente os processos de auditoria visavam a descoberta de fraudes e erros, que na opinião de Griffiths (1885), leva o público a colocar uma fé injustificada nos poderes da auditoria, com a modernização dos mercados verificamos um alargamento a outros domínios, assumindo formas específicas ou especializadas as quais iremos abordar de seguida.

### **1.3 As Principais Fases de uma Auditoria**

De modo a garantir o cumprimento dos objetivos de uma entidade, nomeadamente nas áreas contabilísticas e organizacionais torna-se imprescindível estabelecer prioridades face às áreas a auditar, bem como identificar os recursos necessários e adequados para a realização do trabalho de auditoria.

No decorrer de uma auditoria qualquer processo deve ser dividido em três grandes fases sequenciais, como a figura nº1 demonstra: Planeamento, Execução/Obtenção da Prova e Elaboração do Relatório de Auditoria.



Figura 1 - Principais Fases de uma Auditoria

Fonte: Almeida et al. (2018)

O Planeamento representa uma fase vital de qualquer trabalho de auditoria. Este, desempenha em auditoria o mesmo papel que desempenha em quaisquer outras atividades do nosso quotidiano, pois dele resulta uma combinação ordenada das partes ou passos necessários à consecução de determinado objetivo (Boynton, Johnson, & Kell, 2002).

Durante a fase do Planeamento, é importante definir o alcance da auditoria, os critérios e a metodologia a ser aplicada. A gestão do tempo e dos recursos também são fatores a ter em consideração para garantir que sejam realizadas as atividades, processos e sistemas e de controlo mais importantes.

A ISA 300 – “Planear uma auditoria de demonstrações financeiras” aborda a responsabilidade do auditor ao planear uma auditoria, no qual se deverá estabelecer uma estratégia global e um plano de auditoria. Para isso, o auditor deve ter em conta as ações preparatórias:

- **Conhecimento do Negócio:** o auditor deve adquirir conhecimento suficiente da entidade e do seu negócio, através de uma prévia recolha e apreciação crítica de factos significativos, dos sistemas contabilístico e de controlo interno, e dos fatores internos e externos que condicionam a estrutura organizativa e a atividade exercida pela entidade.
- **Conhecimento dos Sistemas Contabilístico e de Controlo Interno:** o auditor deve avaliar a forma como o sistema de controlo interno efetivamente funciona e, nos sistemas de informação computadorizados, tomarem consideração a forma como eles afetam a auditoria.

- Risco e Materialidade: deve usar o seu julgamento tendo em conta a materialidade e o risco associado. Considera-se que uma informação é materialmente relevante se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões dos utilizadores das demonstrações financeiras.
- Natureza, Tempestividade e Extensão dos Procedimentos: estes termos prendem-se essencialmente à calendarização do trabalho, seleção da equipa de auditoria, identificação das áreas a testar e dos respetivos procedimentos a executar e a definição dos objetivos a cumprir para as áreas a auditar.

Após a fase de Planeamento de uma auditoria, segue-se a fase de Execução, ou seja, dá-se início ao trabalho de campo com intuito de obtenção à prova.

A fase de Execução tem início após a aprovação do Plano Global de Auditoria e termina com o início do relatório de auditoria. O principal objetivo na fase de Execução é reunir evidências de auditoria suficientes e apropriadas que permitam dar resposta às questões de auditoria e sustentar as observações, conclusões e recomendações.

Segundo Pinheiro (2013), é necessário proceder-se à elaboração e aprovação do Plano Global de Auditoria, devendo este conter, de forma clara e concisa, o âmbito e a natureza da auditoria, a calendarização do trabalho, a definição dos objetivos de auditoria e os critérios e metodologia a utilizar. Deve ainda conter a discriminação de todos os recursos a utilizar que constituirão os *dossiers* correntes de auditoria.

Ainda na mesma fase, o auditor deverá recorrer a um vasto conjunto de testes, procedimentos e técnicas para avaliar e atestar o funcionamento dos controlos implementados de modo apurar a sua fiabilidade e o seu grau de confiança dos controlos existentes.

Por último, ocorre a fase de Elaboração do Relatório ou conclusão. Esta é a fase do processo que distingue auditoria externa da interna. Contudo, nesta fase é elaborada uma análise sobre o trabalho realizado, esclarecendo os pontos fundamentais e desenvolvendo uma conclusão.

No caso de uma auditoria externa, com base na ISA 700 – “Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras”, o principal objetivo do auditor é poder formar uma opinião independente sobre as demonstrações financeiras e a fiabilidade das mesmas.

Quando estamos perante uma auditoria interna, no qual o auditor tem um carácter permanente na Organização, este elabora um Relatório com recomendações baseadas nas observações e conclusões durante a realização do trabalho. (Morais & Martins,2007)

Todas as recomendações, sugestões e conselhos partilhados pelo auditor deverão ser dirigidos ao Órgão de Gestão de forma a que sejam definidas ações corretivas, preventivas ou de melhoria a implementar.

A distinção entre as referidas auditorias refere-se ao momento da conclusão pois “enquanto que o trabalho do auditor externo termina com a Comunicação dos Resultados, o auditor interno dá continuidade ao processo, acompanhando a implantação das Recomendações efetuadas, num processo contínuo.” (Morais & Martins, 2007, pág.160)

#### **1.4 Auditoria Interna versus Auditoria Externa**

A atividade de auditoria pode assumir diferentes funções consoante os objetivos pretendidos e os critérios adotados. De acordo com Morais & Martins (2007), podem divergir relativamente à sua amplitude, frequência, obrigatoriedade, âmbito, entidade auditada e até mesmo quanto ao sujeito que a realiza. Podem existir diversas auditorias, tais como Auditorias Informáticas e Auditorias aos Sistemas de Informação, Auditorias Forenses, Auditorias Estratégicas, Auditorias Ambientais, Auditorias Financeiras entre outras.

Tendo em conta o tema desta dissertação serão analisadas com maior profundidade apenas duas áreas de Auditoria, que na opinião de Crepaldi (2007) são as auditorias às demonstrações financeiras, também designadas por auditoria externa, e a auditoria operacional ou de gestão, também conhecida por auditoria interna.

Ambas assumem um papel de extrema importância no mundo empresarial. São tipos de auditoria com campos de atuação próprios, mas que apresentam pontos em comum, nomeadamente o contributo para a fiabilidade da informação.

Auditoria externa para (Araújo 2004, pág. 20) pode ser definida como:

“a auditoria realizada por profissionais qualificados, que não são empregados da administração auditada, com o objetivo principal de emitir uma opinião independente, com base em normas técnicas, sobre a adequação ou não das demonstrações financeiras. Também conceituada como auditoria independente, é a auditoria realizada por especialistas não vinculados à organização examinada.”.

Tendo em atenção que o auditor externo não tem uma presença diária e contínua nas entidades, para atender às necessidades da Gestão, surge o auditor interno como uma ramificação da auditoria externa para a continuação de um trabalho periódico, com maior grau de profundidade visando também outras áreas por exemplo: sistema de controlo de qualidade, administração de pessoal, entre outras.

Para (Jund, 2001, pág. 26), a auditoria interna pode ser definida como:

“uma atividade de avaliação independente, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controlo, bem como da qualidade do desempenho das áreas, em relação às atribuições e aos planos, às metas, aos objetivos e às políticas definidas para as mesmas”.

Attie (1992) conclui afirmando que a auditoria interna ocupa um lugar privilegiado no seio das organizações, uma vez que tem a capacidade de intervir com toda a estrutura e determinar as áreas mais sensíveis propondo ideias para melhorar a atividade.

Na figura nº2 são apresentadas as principais características relativamente ao âmbito, alcance e finalidade da auditoria externa e interna. De acordo com Attie (1998) os trabalhos de auditoria são realizados da mesma maneira, utilizando das mesmas técnicas e avaliando e sugerindo melhorias para os problemas encontrados. Contudo, a diferença consta em algumas das funções e no alcance das áreas de uma Organização.

Elementos	Auditoria Externa	Auditoria Interna
Sujeito	Profissional independente	Auditor interno (Funcionário da empresa)
Ação e Objetivo	Exame das demonstrações financeiras	Exame dos controles operacionais
Finalidade	Opinar sobre as demonstrações financeiras	Promover melhorias nos controles operacionais
Relatório principal	Parecer	Recomendações de controle interno e eficiência administrativa.
Grau de independência	Mais amplo	Menos amplo
Interessados no trabalho	A empresa e o público em geral	A empresa
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal	Trabalhista
Número de áreas cobertas Pelo exame durante um período	Maior	Menor
Intensidade dos trabalhos em cada área	Menor	Maior
Continuidade do trabalho	Periódico	Contínuo

Figura 2 - Características entre Auditoria Interna e Externa

Fonte: Crepaldi, G.; Crepaldi, S. (2016, pág. 82)

### 1.5 Coordenação e Cooperação entre Auditoria Interna e Externa

Apesar das referidas áreas serem de diferentes níveis de complexidade são áreas que se podem interligar e relacionar de forma a elevar o padrão de qualidade nos resultados finais. Por exemplo, se o auditor externo tomar como base o trabalho realizado pelo auditor interno, este poderá reduzir a realização de determinados procedimentos de auditoria, assim como, o tempo despendido.

Schneider (2009) afirma que ao confiarem no trabalho da auditoria interna, os auditores externos podem evitar a duplicação de determinados procedimentos de auditoria além de que os auditores internos apresentam um maior conhecimento do negócio, dos procedimentos e das políticas da empresa auditada. Contudo, de acordo com o autor os auditores externos devem manter a postura de independência que lhes é exigida e determinar o nível de confiança da informação prestada.

A auditoria interna é uma ferramenta muito útil para as Organizações pois também, podem proporcionar prova de auditoria relativamente a várias rúbricas das demonstrações financeiras ou classes de transações e à eficácia operacional das políticas e procedimentos de controlo da empresa. (Wittington & Winters 1990)

Tal como mencionado por (Wood, 2004, pág. 2), “Auditores Internos e Externos têm forças diferentes que se combinam para aumentar a eficácia das auditorias”. Mas interessa compreender até que ponto é que estas áreas se podem complementar ou substituir.

Neste sentido, a aplicação da ISA 610 – “Usar o Trabalho de Auditores Internos” determina que se o auditor externo pretender utilizar o trabalho desenvolvido pelos auditores internos, este deve avaliar e realizar procedimentos de auditoria com o objetivo de determinar o seu nível de confiança.

Contudo, se por um lado a cooperação entre os dois tipos de auditoria pode melhorar a eficácia da auditoria externa através da prova para o trabalho de auditoria por outro lado uma má coordenação entre elas pode levar à duplicação de trabalho e conseqüentemente a maiores custos.

A ISA 610- “Usar o Trabalho de Auditores Internos” reporta alguns impedimentos que possam pôr em causa o desenvolvimento de um ambiente favorável tais como:

- Distorção ou omissão de informação solicitada;
- Perceção de falta de credibilidade da auditoria Interna;
- Resistência da auditoria externa em aceitar as opiniões da auditoria interna;
- Insuficiência de qualificação dos auditores internos.

Em resumo, para avaliar o nível de credibilidade do trabalho do auditor interno, o auditor externo deve verificar se o trabalho foi corretamente supervisionado, revisto e documentado e se foram obtidas provas adequadas que proporcionem conclusões razoáveis.



## **CAPÍTULO II – AUDITORIA INTERNA**

---

## **2 AUDITORIA INTERNA**

Neste capítulo é realizada uma análise mais detalhada sobre a atividade de auditoria interna. Inicialmente são abordados o conceito, alcance e funções da mesma. De seguida, é apresentado o Instituto Português de Auditores Internos, assim como os motivos da sua criação e objetivos. Questões como a independência e rotatividade do auditor interno são temas analisados neste capítulo.

Por fim, aborda a importância que a auditoria interna representa para as organizações e o contributo da mesma no *Corporate Governance*.

### **2.1 Definição de Auditoria Interna**

A auditoria interna surge num contexto de procura de maior rigor às normas e procedimentos internos, visando desenvolver soluções, instrumentos e modelos que proporcionem maior eficiência e eficácia à gestão. A necessidade de uma auditoria periódica com maior profundidade, alcançando também outras áreas para além da contabilidade, impulsionou o seu surgimento.

Para Teixeira (2006), a evolução no paradigma da auditoria interna, está relacionada com o facto das necessidades das organizações se irem alterando com o tempo, pelo que a auditoria deve adequar o seu papel de modo a corresponder às novas exigências que podem advir de uma organização em permanente evolução.

Desta forma, o conceito de auditoria interna pode ser definido como: “um departamento, divisão, equipa de consultores, ou outro (s) praticante (s), que fornecem serviços independentes e objetivos de garantia e de consultoria, destinados a acrescentar valor e melhorar as operações da organização.” – (IPAI ,2019)

Quanto ao seu alcance, a auditoria interna tem vindo a ser atualizada ao longo dos anos. De facto, a auditoria interna tinha a função de proteger os ativos da empresa, a credibilidade de informação financeira e a deteção de fraudes que assumia grande relevância no papel da auditoria interna (Costa, 2010).

Atualmente, a auditoria interna deixa de ser uma função e passa a ser uma atividade que, em vez de apenas se limitar a apoiar os membros da organização no desempenho eficaz das suas responsabilidades, pretende contribuir para o aumento de valor das operações e cumprimento dos seus objetivos.

Neste sentido, podemos concluir que auditoria interna constitui um elemento de controlo de gestão, funcionando através de análise e avaliação da eficiência de outros controlos, sendo efetuado por uma seção denominada para este fim, ou por um profissional ligado à empresa. (Pinto, 2016)

## **2.2 Funções da Auditoria Interna**

Como já referido anteriormente, o contributo da AI é cada vez maior para uma organização. Contudo, apesar do seu papel bastante discreto, a auditoria deixou de ser limitada ao domínio contabilístico/financeiro, alargando o âmbito e os objetivos da sua avaliação.

Desta forma, o trabalho de auditoria interna torna-se mais completo pelo facto das suas atividades de avaliação incidirem sobre diversas áreas como é possível observar na figura nº3. Para além das áreas chave (contabilista e financeira) a AI intervém nas áreas de gestão, controlo interno, governação e operacional.

Após a análise das referidas áreas, a auditoria interna colabora com os gestores na deteção de ameaças e pontos fracos no controlo na empresa, recomendando as devidas alterações de forma a que os objetivos da empresa não sejam comprometidos. O objetivo principal da função de auditoria funciona como um “sócio estratégico da gestão”, que lhe permita servir de assessor e consultor da mesma na identificação dos riscos e propor possíveis estratégias de ação que permitam à instituição uma melhor performance. (Teixeira,2006)

Comprova-se assim, a visão proativa da AI, pois esta não se limita apenas à avaliação, análise e diagnóstico, mas também à implementação de soluções e medidas corretivas, certificando-se que a sua aplicação incrementará na organização criação de valor. (Pinheiro, 2005)

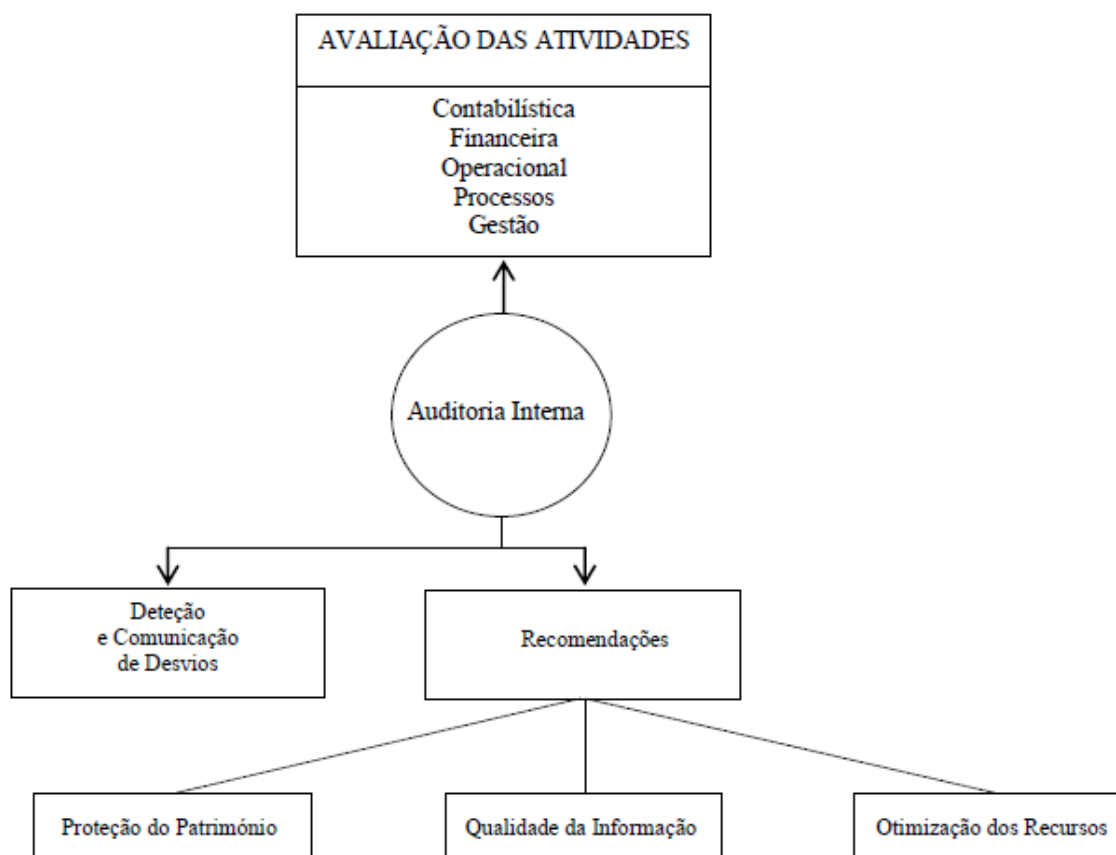


Figura 3 - Funções da Auditoria Interna

Fonte: Morais & Martins (2013, pág. 92)

Segundo Morais & Martins (2013; pág. 92 citado em Augusto 2016), são atribuições de atividade de AI:

- Examinar e verificar a razoabilidade, a suficiência e aplicação dos controlos contabilísticos, financeiros operacionais, processos e de gestão, promovendo um controlo eficaz a um custo razoável – relação custo/benefício, com base na avaliação do risco;
- Verificar até que ponto os ativos da entidade estão justificados e livres de ónus e se os processos de Governação são adequados;
- Avaliar a qualidade e eficácia do trabalho desenvolvido pelos funcionários;
- Recomendar melhorias no sistema.

Importa referir um dos principais orientadores para o exercício da auditoria interna. Em Portugal foi criada em 6 de março de 1992, uma associação profissional denominada Instituto Português de Auditoria Interna, IPAI, voluntária e sem fins lucrativos com o intuito de promover a classe dos profissionais de auditoria interna e desta forma, contribuir para a partilha e troca de experiências entre os profissionais.

Esta associação representa em Portugal o IIA (The Institute of Internal Auditors) e a profissão de auditor interno. Fundado em 1941, o IIA é uma associação profissional internacional com sede nos Estados Unidos e que rapidamente se tornou a voz da profissão de auditor interno através da criação de orientações de auditoria interna para cerca de 190 países.

O IPAI considera que os seus principais objetivos consistem na:

- Defesa dos interesses dos profissionais de AI;
- Promoção dos princípios éticos no desempenho da AI;
- Contribuição para a formação em conhecimentos, metodologias e práticas da AI atualizados, permitindo uma evolução permanente;
- Desenvolvimento da atividade associativa, de forma a estabelecer relações entre os membros;
- Organização de conferências e debates e estabelecimento duma biblioteca relativa a auditoria e a matérias com elas relacionadas.

Neste sentido o IPAI assume a responsabilidade em apoiar a implementação das normas para a prática profissional de auditoria interna produzidas pelo IIA de modo a garantir uma melhor compreensão das mesmas e adaptá-las de modo a garantir que o trabalho do auditor seja mais homogéneo.

### **2.3 Independência e Rotatividade do Auditor Interno**

O conceito de auditoria interna e independência do auditor estão intimamente relacionados representando fatores determinantes para a qualidade de uma auditoria. Deste modo a “independência na realização das ações é uma das questões fundamentais para o bom desempenho da função do auditor interno e, conseqüentemente, para a utilidade do serviço prestado.” (Marques, 1997, pág. 60)

Neste sentido, pretendemos analisar se a rotatividade do auditor interno tem o mesmo impacto que a rotatividade do auditor externo nas organizações. Do ponto de vista de alguns autores a independência da auditoria interna é significativamente menor do que a independência da auditoria externa pelo facto de se utilizar com maior frequência, o termo “independente” para caracterizar a atividade do auditor externo. Esta situação acaba por incitar o entendimento dos utilizadores, levando-os a acreditar que o auditor interno não tem o mesmo grau de independência.

Subjacente à independência do auditor, está a obrigatoriedade da rotatividade do mesmo na empresa. As opiniões dividem-se e alguns autores defendem que a rotação do auditor aumenta a qualidade da própria auditoria na medida em que assegura uma maior independência por parte do auditor na execução do seu trabalho. Em contrapartida, existem algumas opiniões no qual defendem que a “rotatividade obrigatória não é fator incrementador da qualidade da auditoria e das demonstrações financeiras.” (Santos, 2015, pág.14)

Com base num estudo, o autor (Chi 2011: citado em Santos, 2015) considera que a rotatividade do auditor numa entidade poderá diminuir a qualidade das demonstrações financeiras pois o bom relacionamento entre a comissão de auditoria e a empresa auditada, o conhecimento da entidade e das pessoas que a compõem é uma mais valia para a qualidade de uma auditoria.

Em contrapartida, Carey & Simnett (2006) concluem que a “qualidade da auditoria diminui à medida que o mandato aumenta pois consideram que é difícil o auditor ser cético, objetivo e independente quando a relação é prolongada”.

As razões que podem estar na origem destes resultados segundo Simmons, Costigan, & Lovata (2009) e Kramer et al. (2011) deve-se ao facto de os auditores serem mais rigorosos e minuciosos no primeiro mandato comparativamente com os posteriores.

## 2.4 Importância da Auditoria Interna na Organização

A auditoria interna assume grande relevância para a gestão das organizações, pois através da estratégia implementada, dos resultados obtidos e dos planos elaborados pela empresa, o auditor vai poder identificar mais facilmente as oportunidades e as ameaças para a consecução de resultados futuros.

Neste sentido, (Pamponet, 2009, pág.14) também é da opinião que a auditoria interna constitui “uma função de apoio à gestão e, além de importante, tornou-se imprescindível no mundo empresarial atual, visto que auxilia as empresas na obtenção de eficiência e eficácia dos processos e recursos internos.”

Segundo Almeida (2003), a auditoria interna é de grande importância para as organizações, uma vez que ajuda a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, serve de ferramenta de apoio à gestão e transmite informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas.

A auditoria interna consiste numa ferramenta que apoia a administração da empresa no desenvolvimento adequado das suas atribuições, desenvolvendo recomendações, análises e comentários, assegurando que as rotinas de trabalho e controlos internos se encontrem em execução.

Sendo uma atividade independente e objetiva no qual um dos principais objetivos é criar valor e levar à melhoria dos processos de gestão de controlo, risco e *governance* parece-nos importante perceber se de facto as organizações reconhecem a auditoria interna como um benefício para as mesmas.

Barreiro (2007, pág.27) refere que:

“um departamento de Auditoria Interna, competente e atuante, pode, atempadamente, evitar a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos quer morais quer materiais, antiéticos ou, simplesmente, de natureza desviante”.

Neste sentido, o papel do auditor interno é fundamental no apoio ao sucesso das organizações pois desempenha uma função de consultor e ajudante na identificação dos riscos, sendo que a sugestão de métodos e estratégias que possibilitem a melhoria do desempenho organizacional dentro do setor económico, é um dos seus deveres. Teixeira (2006).

No entanto, para um bom desempenho organizacional, a independência do auditor é um fator conclusivo pois a amplitude e profundidade da informação só poderá ser assegurada quando a função se mantém independente.

“A independência na realização das ações é uma das questões fundamentais para o bom desempenho da função do Auditor Interno e, conseqüentemente, para a utilidade do serviço prestado, tanto mais necessária quanto os trabalhos a desenvolver entrarem nos caminhos da gestão.” (Marques, 1997, pág. 60)

Desta forma, existem autores que consideram que um departamento de auditoria no seio de uma organização é essencial para a sobrevivência das empresas, no sentido em que a participação na gestão operacional das organizações não se baseia apenas na “fiscalização” sobre os processos, mas sim, numa rede muito mais complexa de funções. (Teixeira, 2006)

## **2.5 Contributo do *Corporate Governance* na Auditoria Interna**

Na sequência dos grandes escândalos financeiros internacionais, o *Corporate Governance*<sup>1</sup>, surge como mecanismo de proteção aos direitos dos diferentes participantes na empresa: conselho de administração, gestores, acionistas e outros intervenientes procurando uma maior justiça, comunicação e transparência de informação. Por outras palavras, o CG “é a forma como o conselho de administração organiza, dirige e supervisiona a entidade a fim de garantir que os princípios de integridade, transparência e responsabilidade são assegurados nos negócios”. (Morais & Martins, 2007, pág.24)

Segundo o mesmo autor em Portugal a reflexão sobre o Governo das Sociedades surge, não pelos escândalos societários, mas sim pela harmonização dos mercados financeiros nivelando os parâmetros da segurança e de organização dos agentes dos mercados.

Desta forma, o interesse pelas boas práticas governativas começa por se manifestar em 1999 pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sobre forma de recomendações.

---

<sup>1</sup> Traduzido em português como governo das empresas, governo das sociedades, governança corporativa.



A Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) considera que uma adequada política de CG deve:

- Garantir a transparência e assegurar a defesa dos acionistas e dos credores;
- Melhorar o desempenho da organização;
- Promover a gestão de risco;
- Responsabilizar os gestores pelos incumprimentos de objetivos e pelas violações à lei;

Ainda que, com maior impacto nas empresas cotadas, o CG estabelece boas práticas que podem ser aplicadas em todas as organizações independentemente do seu tamanho ou estrutura. Deste modo, Morais & Martins (2007) refere não existir um modelo único de governo, uma vez que os modelos têm de se adaptar à cultura e enquadramento legal de cada país.

Neste seguimento, importa realçar o contributo da auditoria interna nesta matéria uma vez que atua em áreas críticas da Organização, promovendo a redução dos riscos de gestão. Para além do mencionado, recomenda decisões que procurem solucionar falhas e conseqüentemente incita um maior envolvimento e responsabilidade do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comité de Auditoria. (Teixeira, 2006)

García, Barbadillo, & Pérez (2012) referem que a presença de atividade de auditoria interna, devidamente articulada com a comissão de auditoria, reduz a oportunidade de a gestão manipular resultados. Ora, este é um mecanismo muito importante para credibilizar a informação.

## **CAPÍTULO III – CONTROLO INTERNO**

---

### 3 CONTROLO INTERNO

Este capítulo tem por objetivo perceber do ponto de vista teórico a importância do controlo interno para o bom desempenho das atividades de uma organização, assim como para a elaboração dos trabalhos da auditoria interna. Apresenta o conceito, os objetivos, as componentes e as limitações ao controlo interno.

#### 3.1 Conceito e Objetivos do Controlo Interno

“Entende-se por controlo qualquer ação desenvolvida pela gestão, conselho de administração e outras entidades, para melhorar a gestão do risco e a consecução dos objetivos da organização. A gestão planeia, organiza e dirige a realização das ações que assegurem com razoabilidade a conquista das metas e dos objetivos da organização”. (IIA,2009)

De acordo com o Tribunal de Contas (1999) o controlo interno é uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de sistemas coordenados destinados a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou minimizar as suas consequências e maximizar o desempenho da entidade em que se insere. (Reinoite, 2014)

Já o (IPAI,2013) compreende o CI como um conjunto de ações delineadas pela gestão para melhorar a gestão de risco, bem como os objetivos da entidade.

Neste sentido, o controlo interno surge num contexto de auditoria, com o intuito de aumentar a confiança dos *stakeholders* contribuindo para o sucesso de qualquer entidade. Com base na ISA 315 (paragrafo 4) – “Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material por meio da compreensão da entidade e do seu ambiente” o controlo interno é definido como sendo:

“o processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.”

Em reposta ao governo americano após a ocorrência de vários escândalos financeiros, surge a Lei *Sarbanes-Oxley*, mais conhecida como “SOX” aprovada em 2002.

A Lei *Sox* surge na necessidade de legislar sobre as atividades desenvolvidas pelas empresas de auditoria, com o objetivo de evitar, no futuro, problemas relacionados com o *reporting* financeiro e apoiar na recuperação da confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplica-se a todas as empresas com títulos cotados na bolsa de valores dos Estados Unidos da América (SEC).

Deste modo, a implementação da Lei *Sox* parece causar um impacto em toda a organização no qual se determinou um conjunto de novas obrigações e responsabilidades assim como penalizações às entidades incumpridoras. As responsabilidades incidiram na questão da fiabilidade, qualidade da informação financeira e ainda na avaliação e monitorização da eficácia da estrutura de controlos internos.

Para além de potenciadora do *Corporate Governance* segundo Morais & Martins (2007), Grumet (2007) defende que a Lei *SOX* contribui para o fortalecimento da responsabilidade corporativa e o aumento da confiança dos investidores nas grandes empresas e no mercado de capitais.

No que respeita à implementação de um sistema de controlo interno eficiente e eficaz, estes devem ser adaptados a cada organização consoante as suas especificidades. As Organizações e as suas necessidades de controlo interno variam dependendo do sector em que operam, da sua dimensão e a natureza da organização, do número de unidades operacionais, sua cultura, filosofia de gestão e a sua dispersão geográfica. (Texeira,2006)

O *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) classifica o controlo interno em:

- Controlo administrativo como um plano de organização, procedimentos e registos relacionados com os processos de decisão que conduz à autorização das transações pelo Órgão de Gestão;
- Controlo contabilístico como um plano da organização, procedimentos e registos relacionados com a salvaguarda dos ativos e a confiança nos registos financeiros que, conseqüentemente, são elaborados no sentido de proporcionar uma certeza razoável acerca da informação financeira.

Para Costa (2010, pág. 224), o “CI administrativo não influi, em princípio, nas DF ao contrário do que acontece com o CI contabilístico o qual, podendo afetar significativamente os registos contabilísticos (e consequentemente as DF finais), deve merecer uma atenção muito especial quer do auditor interno quer, sobretudo, do auditor externo”.

Attie (1992), corrobora a mesma ideia que Costa defendendo a importância de sistema de contabilidade eficiente e sólido apoiado num SCI eficiente.

O controlo interno permite, quer ao auditor, quer à empresa, obter uma segurança razoável de que os seus objetivos: eficácia e eficiência das operações, fiabilidade das DF e cumprimento com as leis e os regulamentos são alcançados e cumpridos com o sucesso esperado. (Catalão, 2015)

Neste sentido (Jund, 2001) realça a importância da auditoria interna na implementação do sistema de controlo interno uma vez que a auditoria interna se torna numa grande aliada, pois assume a função de supervisão no qual revê as atividades operacionais e avalia a eficiência e eficácia do controlo interno.

### **3.2 Componentes do Controlo Interno**

No decurso da globalização e padronização internacional, a sociedade torna-se cada vez mais vulnerável e suscetível a riscos e incertezas. O grande desafio passa por determinar até que ponto as Organizações podem aceitar essa incerteza e de que forma a mesma pode interferir no esforço para gerar valor às partes interessadas. É neste sentido que surge o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) criado em 1985 com a participação de cinco associações privadas americanas com o intuito de ajudar as organizações a aperfeiçoarem os seus controlos internos.

O COSO é uma entidade sem fins lucrativos direcionado à melhoria do reporte financeiro, através da ênfase no *Corporate Governance*, e no controlo interno. Este, é considerado um *framework* poderoso, pois permite que as entidades se foquem nos seus valores, componentes e processos chaves, de modo a que estas consigam atingir os objetivos definidos. (Morais & Martins, 2013)

Contudo, em Setembro de 2017 o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO publicou a revisão de seu *framework* associado à gestão de riscos corporativos, que agora se chama ERM – *Integrating with Strategy and Performance*. As principais mudanças consistem numa nova estrutura com apenas cinco componentes e vinte princípios alinhados ao ciclo de negócios bem como maior ênfase na cultura organizacional. Esta nova estrutura explora também diferentes benefícios do ERM assim como uma maior gestão de risco em todos os níveis da organização.

Deste modo, o modelo ERM representa a relação entre os objetivos que a entidade procura alcançar e os componentes necessários para atingir esses mesmos objetivos. Na figura nº4 estão representados os principais objetivos: definição da missão e visão, planeamento de objetivos estratégicos e melhoria da *performance* da organização.



Figura 4 - Modelo Conceptual ERM

Fonte: COSO

No que respeita à implementação de objetivos estratégicas surgem cinco componentes inerentes ao CI: Ambiente de Controlo (*Control Environment*), Avaliação do Risco (*Risk Assessment*), Atividades de Controlo (*Control Activities*), Informação e Comunicação (*Information & Communication*) e Atividades de Monitorização (*Monitoring Activities*).

Quanto ao ambiente de controlo, este está relacionado com a cultura da empresa e a forma como esta lida com o controlo interno. O ambiente de controlo compreende alguns fatores determinantes, considerados “*soft controls*” como a liderança, competência e estilo de gestão que derivam essencialmente do posicionamento da gestão de topo.

A obtenção de um correto entendimento acerca do ambiente de controlo é um aspeto fundamental no planeamento de auditoria pois fornece indícios ao auditor acerca da cultura e da atitude dos colaboradores face à entidade. (Duarte,2011)

A avaliação dos riscos de uma entidade consiste na identificação, análise e gestão dos riscos relevantes e que poderão comprometer a consecução dos objetivos fixados para a empresa. Citado em Duarte, 2011 estes riscos podem resultar de circunstâncias tais como mudanças no ambiente operacional, entrada de novos colaboradores, mudanças nos sistemas de informação, novas tecnologias, novas linhas de produtos ou atividades, operações no estrangeiro, ou alterações nas normas contabilísticas.

As atividades de controlo são desempenhadas em todos os níveis da entidade e consistem num processo através do qual políticas, procedimentos e práticas específicas são implementadas para atender a cada objetivo de controlo de forma a mitigar os riscos identificados no processo de avaliação de risco.

A informação e comunicação é o processo que garante que toda a informação relevante é identificada, recolhida e comunicada de forma atempada. Neste sentido é determinante para o sucesso do sistema de controlo interno que toda a organização tenha completo conhecimento da sua estrutura, das responsabilidades que são atribuídas a cada elemento da organização, bem como das políticas de recursos humanos e suas práticas.

Por fim, a última componente do controlo corresponde à monitorização que consiste na avaliação e apreciação da qualidade dos controlos internos. É considerado o melhor indicador, para medir se os controlos implementados estão a ser eficientes e operacionais. A monitorização é realizada tanto através do acompanhamento contínuo das atividades ou através de avaliações pontuais.

Desta forma podemos concluir que as junções destas componentes formam um sistema integrado, funcionando articuladamente entre si, respondendo de forma dinâmica a qualquer mudança na envolvente (Morais & Martins, 2013).

### **3.3 Limitações ao Controlo Interno**

Como já referido nos pontos anteriores, a adoção de um sistema de controlo interno parece essencial para apoio da gestão assim como prevenir e evitar potenciais perdas, mas isso não significa que a Organização esteja imune a situações indesejáveis.

Contudo, e na opinião de Costa (2010) a criação de um SCI é uma das mais importantes responsabilidades do órgão de gestão de qualquer empresa. No entanto parece que o facto de existir um sistema implementado não significa que o mesmo esteja operacional.

Podemos questionar se a existência de um SCI operacional garante que a sua eficiência e eficácia de forma a garantir que a organização esteja isenta de ocorrência de erros irregularidades e fraudes.

Deste modo, uma das principais limitações, segundo Costa (2010), diz respeito à falta de interesse do órgão de gestão, que pode conduzir a uma falta de manutenção do Sistema de Controlo Interno, comprometendo a confiança e a integridade da informação.

Considerada outra limitação pelo Tribunal de Contas (1999), no qual poderá originar falhas no controlo interno, consiste no facto dos poderes de autorização de operações, por parte daqueles a quem os mesmos foram atribuídos, poderem ser usados de forma abusiva ou arbitrária.

A dimensão da empresa também faz parte das limitações ao CI pois torna-se mais difícil atingir os objetivos numa empresa com poucos colaboradores. Na perspetiva do mesmo autor, é mais complicado realizar segregação de funções numa entidade de menor dimensão do que numa entidade de maior dimensão, ou seja, entidades de maior dimensão possuem maior probabilidade de implementar um bom sistema de controlo interno. (Costa, 2010)

A existência de erros humanos, tais como simples enganos, corresponde a uma das várias limitações sugeridas por COSO (2013). Estes erros podem existir devido à negligência dos colaboradores ou até mesmo devido à má compreensão das instruções, originando uma falha no Controlo Interno. Consequentemente, o julgamento humano pode resultar na tomada de más decisões.

Um fator preponderante na implementação do SCI é relação custo/benefício uma vez que implica investimento e nem sempre o benefício esperado é superior aos custos.



Por fim, COSO (2013) afirma que os eventos e fatores externos, fora do controlo da entidade, constituem também uma limitação que impede que a estrutura de governação e administração obtenha uma segurança absoluta da realização dos objetivos da entidade.

Sendo assim, deve a entidades selecionar, desenvolver e aplicar controlos na organização de forma a minimizar, dentro do possível as referidas limitações.

## **CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

---

## **4 METOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

Este capítulo é dedicado à metodologia de investigação, ou seja, nesta fase será selecionado o método para responder às questões de investigação enunciadas, de modo a testar e a alcançar os objetivos pretendidos.

### **4.1 Fundamentação da Escolha Metodológica**

Para Teixeira (2006, pág.72) este capítulo é de extrema importância, pois “é através da metodologia que se estuda, descreve e explica os métodos que se vão aplicar ao longo do trabalho, de forma a sistematizar os procedimentos adotados durante as várias etapas, procurando garantir a validade e a fidelidade dos resultados”.

Para (Sousa, 2016) é possível definir metodologia como um estudo de métodos e etapas a seguir num determinado processo de investigação. Por outras palavras, é uma explicação detalhada e rigorosa de toda uma ação desenvolvida ao longo do trabalho de pesquisa.

Nesta fase metodológica, Fortin (1999, pág. 102) considera “necessário escolher um desenho apropriado segundo se trata de explorar, de descrever um fenómeno, de examinar associações e diferenças ou de verificar hipóteses”. Portanto, antes de se iniciar um estudo é necessário proceder a uma análise acerca dos diferentes tipos de pesquisa e escolher o método mais adequado ao nosso estudo.

Também, Yin (1994) considera a seleção das questões a investigar como o passo mais relevante para decidir o tipo de pesquisa.

Desta forma, surgem na perspetiva de Sousa & Baptista (2011), abordagens distintas no que respeita aos métodos de investigação, classificando os métodos em: métodos de investigação quantitativos, métodos de investigação qualitativos e métodos de investigação mistos.

Diehl (2004; citado por Lima, 2014) descreve as duas abordagens do seguinte modo:

- A pesquisa quantitativa utiliza a quantificação, tanto na recolha de dados quanto no tratamento das informações, através de técnicas estatísticas;
- A pesquisa qualitativa descreve a complexidade do problema, através da compreensão e classificação dos processos dinâmicos vividos nos grupos, possibilitando, deste modo, a compreensão das mais diferentes particularidades dos indivíduos.

Portanto, método quantitativo é um método objetivo e sistemático no qual os resultados são obtidos através de dados numéricos pela análise e descrição das relações causa/efeito.

No que diz respeito à metodologia qualitativa, a informação recolhida para o estudo não é expressa em números, mas sim em matéria subjetiva do objeto analisado. Como refere (Richardson, 1989) o método qualitativo difere do quantitativo uma vez que o método qualitativo não utiliza qualquer instrumento estatístico como base na análise de um problema.

No entanto, em algumas pesquisas pode tornar-se necessário combinar vários métodos, pois nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação, permitindo tornar o processo de investigação mais sólido e consistente.

Por fim, Diehl (2004) conclui que a escolha do método dependerá da natureza do problema, bem como do nível de aprofundamento que se pretende alcançar.

Tendo como base o tema desta Dissertação: O Impacto da Auditoria Interna na Gestão de uma Organização e após uma análise aos objetivos a atingir relativamente às questões de investigação, optámos por enquadrar o estudo da presente dissertação como um método quantitativo.

Uma das principais características do método quantitativo é que traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas, utilizando-se técnicas estatísticas. (Rodrigues, 2007)

## 4.2 Formulação do problema

“No início de uma investigação, sabemos vagamente que queremos estudar tal ou tal problema, mas não sabemos como abordar a questão”. (Quivy & Campenhoudt, 1998, pág.2 citado em Lima, 2014).

É nesta fase que surge a formulação do problema. Para (Gil,2008, pág.33) o problema pode ser definido como “o que dá margem a hesitação ou perplexidade, por difícil de explicar ou resolver (...). Contudo, na aceção científica, problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento.”

Neste sentido, a elaboração deste trabalho tem como objetivo compreender o impacto que a auditoria interna tem na gestão de uma organização. Pretendemos avaliar se o impacto da auditoria interna tem carácter positivo ou negativo na tomada de decisão das empresas e perceber quais as áreas fulcrais cujo o impacto é notório e representativo.

## 4.3 População e Amostra

O termo população pode ser definido como um conjunto de indivíduos, casos ou observações onde se quer estudar um fenómeno. (Almeida & Freire,2007). Neste sentido, para a realização da presente dissertação, definimos como população o conjunto de profissionais ligados à área de Auditoria Interna e à área Financeira.

Segundo Fortin (2003, pág.202) “A amostra é um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população”.

Assim, partindo da população alvo<sup>2</sup> a amostra em estudo é constituída maioritariamente por 57 Auditores Internos, 3 Contabilistas Certificados, 2 Diretores Financeiros e 29 profissionais ligados à área de Auditoria Interna e Externa que totaliza 91 respostas a este inquérito. O mesmo esteve disponível *online* até ao dia 9 de setembro de 2019 no qual importa salientar que este inquérito foi anónimo com o objetivo de salvaguardar o anonimato de todos os inquiridos.

---

<sup>2</sup> Denomina-se população alvo a totalidade dos elementos sobre os quais se deseja obter determinado tipo de informações.

#### 4.4 Hipóteses de Estudo

Com o objetivo de obter uma resposta para o problema apresentado, qualquer estudo deve basear-se em hipóteses para, posteriormente, serem testadas. A hipótese é “um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis. Esta combina com o problema e o objetivo numa explicação clara dos resultados esperados de um estudo” (Fortin, 2000 pág. 102; citado em Lima, 2014).

PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	HIPÓTESES
Assumindo uma posição privilegiada dentro de uma organização, de que forma a Auditoria Interna interfere com a tomada de decisão? (Attie, 1992)	<p><b>H1:</b> Existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a sua influência na tomada de decisão.</p>
De que forma a auditoria interna cria valor perante as organizações? (Schneider, 2009)	
A rotatividade do auditor interno pode pôr em causa a prevenção ou deteção do relato financeiro? (Chi, 2011)	<p><b>H2:</b> Existe relação entre o tempo na função do Auditor Interno e a Rotatividade do mesmo com a prevenção/ deteção de fraude no relato financeiro.</p>
De que forma a implementação do <i>Corporate Governance</i> pode contribuir para o sucesso da Organização? (OCDE, 1999)	<p><b>H3:</b> Existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a implementação de <i>Corporate Governance</i> na Organização.</p>
Uma das principais funções da Auditoria Interna é a deteção e prevenção de fraudes? (Griffiths, 1885)	<p><b>H4:</b> Existe relação entre o envolvimento do Órgão de Gestão no SCI e a importância da Auditoria Interna na mitigação e ocorrência de fraudes</p>
A Auditoria Interna contribui para melhorar o sistema de controlo interno? (Costa, 2010)	
Existe colaboração dos Órgãos de Gestão na manutenção de um SCI eficiente? (García, Barbadillo, & Pérez, 2012)	

## Tabela 1 - Relação entre as perguntas de investigação e as hipóteses em análise

Fonte: Elaboração Própria

Na sequência da revisão da literatura, construímos a tabela nº1 no qual relacionamos as perguntas de investigação que originaram a realização das hipóteses.

### **Hipótese 1**

De acordo com Attie (1992) a Auditoria Interna ocupa um lugar privilegiado no seio das organizações, uma vez que tem a capacidade de intervir com toda a estrutura e determinar as áreas mais sensíveis propondo ideias para melhorar a atividade. Desta forma, Pinheiro (2005) destaca a proatividade da AI pois não se limita apenas à avaliação, análise e diagnóstico, mas também à implementação de soluções e medidas corretivas, certificando-se que a sua aplicação incrementará na organização criação de valor.

Schneider (2009) considera que os Auditores Internos apresentam um maior conhecimento do negócio, dos procedimentos e das políticas da empresa auditada, contribuindo para o desempenho do trabalho dos auditores externos e desta forma atingir objetivos comuns.

Surge assim a hipótese 1:

(H1): Existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a sua influência na tomada de decisão.

### **Hipótese 2**

Relativamente à rotatividade do auditor, as opiniões dividem-se e alguns autores defendem que a rotação do auditor aumenta a qualidade da própria auditoria na medida em que assegura uma maior independência por parte do auditor na execução do seu trabalho.

No entanto (Chi, 2011) refere que a rotatividade do auditor numa entidade poderá diminuir a qualidade das demonstrações financeiras pois bom relacionamento entre a comissão de auditoria e a empresa auditada, o conhecimento da entidade e das pessoas que a compõem é uma mais valia para a qualidade de uma auditoria.

Assim sendo, surge a hipótese 2:

(H2): Existe relação entre o tempo na função do Auditor Interno e a Rotatividade do mesmo com a prevenção/ deteção de fraude no relato financeiro.

### **Hipótese 3**

A OCDE (1999) esclarece que um bom governo das sociedades deve proporcionar incentivos adequados para que o órgão de administração e os gestores prossigam objetivos que sejam do interesse da organização e dos seus acionistas devendo facilitar uma fiscalização eficaz.

Da mesma forma, García, Barbadillo, & Pérez (2012) referem que a presença de atividade de auditoria interna, devidamente articulada com a comissão de auditoria, reduz a oportunidade de a gestão manipular resultados. Ora, este é um mecanismo muito importante para credibilizar a informação

Por conseguinte, definimos a hipótese 3:

(H3): Existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a implementação de *Corporate Governance* na Organização

### **Hipótese 4**

De acordo com Costa (2010) criação de um SCI é uma das mais importantes responsabilidades do órgão de gestão de qualquer empresa. Segundo Griffiths (1885) numa primeira fase, a Auditoria dava uma especial ênfase à deteção de fraudes o que poderia levar o público a colocar uma fé injustificada nos poderes da Auditoria. Contudo, apesar do trabalho de auditoria não se basear exclusivamente na deteção de fraudes, com a implementação de um SCI eficiente é possível controlar e identificar possíveis anomalias.

Neste sentido, definimos a hipótese 4:

(H4): Existe relação entre o envolvimento do Órgão de Gestão no SCI e a importância da Auditoria Interna na mitigação e ocorrência de fraudes.



## 4.5 Recolha de dados

A organização e a elaboração na recolha de dados constitui uma etapa crucial no planeamento da pesquisa de um estudo de caso. Este estudo é determinado pela natureza do problema, pela definição das variáveis, pelas técnicas e estratégias de análise de dados bem como pelos objetivos do estudo e as características da população alvo.

Para proceder à recolha dos dados optámos pelo uso de um questionário por entendermos que era a técnica que melhor se adequava às especificidades do presente trabalho.

De acordo com (Gil,2008, pág.121) o questionário consiste numa “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, (...)”

A escolha desta técnica de investigação apresenta uma série de vantagens pois possibilita atingir um maior número de pessoas mesmo que estas estejam dispersas numa área geográfica muito extensa; garante o anonimato das respostas e permite que as pessoas respondam ao questionário no momento em que julgarem mais conveniente. (Gil, 2008)

Deste modo, consideramos que a utilização do questionário “é adequada, por definição, a todas as investigações orientadas para o estudo das correlações entre fenómenos suscetíveis de serem expressos por variáveis quantitativas” Quivy & Campenhoudt (1992, pág.222)

Após a fase conceptual e metodológica deste estudo, procedemos à construção do questionário, constituído na sua totalidade por perguntas fechadas com o objetivo de não requerer muito tempo dos inquiridos e de forma a obter melhores resultados.

Este questionário foi estruturado em três partes principais: a primeira, dedicada à caracterização da empresa: setor de atividade, dimensão e o seu posicionamento no mercado. A segunda parte resulta de questões relacionadas com a auditoria interna com o intuito de avaliar a visão, o envolvimento e o reconhecimento da mesma numa organização. Por fim, a terceira parte abrange algumas questões sobre o controlo interno, *Corporate Governance* e rotatividade do auditor.

Seguidamente, foi aplicado um pré-teste a 3 profissionais da área financeira para averiguarmos a fidelidade do mesmo no qual surgiram algumas modificações ao mesmo.

Importa referir que não foi solicitada a identificação pessoal ou empresa a responder para que esses não se sentissem inibidos nas suas respostas.

Após retificação do questionário procede-se à fase da divulgação do mesmo. Inicialmente optámos por enviar eletronicamente o questionário às maiores empresas no ramo de auditoria, contudo por falta de respostas e falta de uma base de dados onde fosse possível consultar contactos das empresas alteramos a método de recolha de respostas.

Assim sendo, o questionário foi enviado através da rede social *LinkedIn* com uma breve apresentação e o *link* que direcionava os inquiridos para a plataforma onde o inquérito estava disponível de forma *online*. A seleção dos indivíduos para responder ao inquérito baseou-se em dois fatores: contacto direto à área financeira e à área de controlo interno/auditoria interna. O referido questionário também foi divulgado nas redes sociais do IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna. Deste modo foi possível obter um maior número de respostas e ampliar a amostra deste estudo.

A construção do questionário foi realizada através da plataforma *google forms* e foram respondidos durante os meses de maio, junho, julho, agosto e setembro sendo que maio e junho foram os meses com maior número de respostas.

Para a apresentação dos dados recolhidos recorreu-se ao uso do programa *Microsoft Office Excel*, no que respeita à estatística descritiva, e ao programa *SPSS (Statistical Packages for the Social Sciences, versão 24)*, no que refere à estatística inferencial. O *SPSS* é um software adequado para a elaboração de análises estatísticas que permite gerar relatórios tabulados, gráficos e dispersões de distribuições utilizados na realização de análises descritivas e de correlação entre variáveis.

#### **4.6 Definições da Variáveis**

A definição das variáveis deverá ser uma das primeiras etapas na realização de um estudo. De acordo com Lakatos & Marconi (1999) quando formulamos o problema e a hipótese, deverá também ser feita a indicação das variáveis: dependentes e independentes. Segundo o mesmo autor, estas devem ser definidas com clareza, objetividade e de forma operacional.

Polit & Hungler (1995, pág. 374) descrevem uma variável como sendo “a característica ou atributo de uma pessoa ou objeto que varia (assume valores diferentes) na população estudada”. Desta forma, uma variável pode tomar diferentes valores para exprimir quantidades, qualidades, características, magnitudes e traços.

As variáveis podem ser classificadas de diferentes maneiras segundo a sua utilização numa investigação, isto é, algumas podem ser manipuladas e outras controladas. Deste modo, este estudo contempla as seguintes variáveis:

### **Variável Dependente:**

As variáveis dependentes são aquelas que são afetadas ou explicadas pelas variáveis independentes, isto é, uma variável dependente representa uma quantidade cujo valor depende da forma como a variável independente é manipulada.

Por outras palavras, a variável dependente é a variável que o investigador tem interesse em compreender e explicar.

Deste modo, o contributo /impacto da auditoria interna na gestão de uma organização torna-se a variável dependente deste estudo.

### **Variável Independente:**

A variável independente é aquela em que o investigador manipula, voluntariamente, com o fim de observar o seu efeito sobre a variável dependente. Assim sendo, a variável independente é o fator manipulado pelo investigador com o objetivo de determinar a relação existente entre as variáveis.

No presente trabalho foram consideradas, como variáveis independentes:

- Dimensão do departamento de Auditoria Interna;
- Sistema de Controlo Interno;
- Informações veiculadas pela atividade de Auditoria;
- Grau de independência do auditor interno.

#### 4.7 Modelo de Análise

De acordo com (Quivy & Campenhoudt 2005; citado por Cavadas 2016) a fase de construção do modelo de análise constitui a ligação entre a problemática fixada pelo investigador e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso.

Desta forma, a articulação e enquadramento das hipóteses de análise construídas irão permitir uma conclusão para este estudo. As hipóteses consideradas no ponto 4.4) articulam-se da seguinte forma:

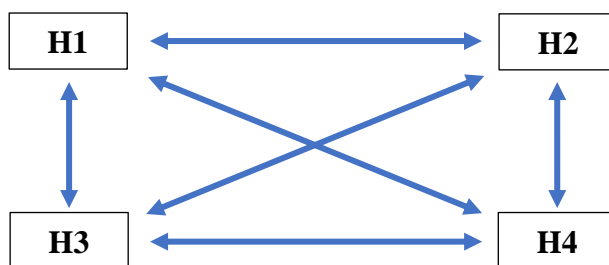


Figura 5 - Modelo de Análise

Fonte: Elaboração Própria

Na figura acima nº5 podemos observar o esquema que representa a relação que se estabelece entre as quatro hipóteses que constituem este estudo, e que de acordo com a revisão bibliográfica parecem estar relacionadas entre si.

Importa ainda salientar que as quatro hipóteses em estudo representam diferentes perspetivas de análise, sendo que: a H1 assume a perspetiva da tomada de decisão; H2 a rotatividade ao auditor; H3 visa a perspetiva do *Corporate Governance* nas Organizações e H4 a cooperação do Órgão de Gestão no SCI.

Neste estudo, foi considerada uma preponderância equitativa entre as várias hipóteses e, assim sendo, cada asserção possui uma ponderação de 25% o que significa que, caso se verifique a validação de, pelo menos, 50% das hipóteses, a conclusão será favorável relativo ao impacto (positivo) da auditoria interna na gestão de uma organização. Caso se venha a verificar a situação contrária a conclusão será, simplesmente, desfavorável.

Mediante os dados obtidos através da realização do questionário iremos, posteriormente, averiguar se o modelo apresentado pode ser validado.

#### 4.8 Relação entre as hipóteses de análise e as perguntas do questionário

Após a construção das hipóteses com base na revisão da literatura, decidimos criar a tabela nº2 com a relação entre as hipóteses e as perguntas colocadas no questionário.

HIPÓTESES	PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO
<b>H1</b>	A Organização possui departamento de Auditoria Interna?
	Considera que as informações prestadas pela atividade de Auditoria Interna têm influência no processo de tomada de decisão?
<b>H2</b>	A rotatividade dos Auditores Internos é uma mais valia para a prevenção e detecção da fraude de relato financeiro. Concorda com a afirmação?
	Na sua opinião, de forma a garantir a independência, ao fim de quantos deveria existir rotação do auditor interno?
<b>H3</b>	A Organização possui departamento de Auditoria Interna?
	A Organização adota princípios de <i>Corporate Governace</i> ?
<b>H4</b>	O Órgão de Gestão coopera no desenvolvimento e manutenção do SCI?
	Classifique a importância da mitigação e ocorrência de fraudes como um dos principais objetivos da AI numa Organização.

Tabela 2 - Relação entre as hipóteses de análise e as perguntas do questionário

Fonte: Elaboração Própria

Mediante os dados obtidos através da realização do questionário iremos, posteriormente, averiguar se o modelo apresentado pode ser validado.

## **CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

---

## 5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo pretendemos dar a conhecer os resultados obtidos em função de toda a informação recolhida cujo instrumento utilizado foi o questionário. A sua aplicação, como referido anteriormente, incidiu sobre uma amostra de 91 respostas. Paralelamente, procede-se à interpretação desses resultados e para a apresentação da informação obtida, recorreremos ao uso de tabelas e gráficos, de modo a permitir uma melhor análise e interpretação da informação.

### 5.1 Estatística Descritiva

O questionário realizado contém 24 perguntas e foi subdividido em três partes principais de modo a permitir uma análise simplificada e clara acerca do tema em estudo. Desta forma, a primeira parte do inquérito é composta por 8 questões, sendo elas de caracterização do inquirido e da respetiva Organização.

- Caraterização do Inquirido

Na caracterização do inquirido foram realizadas 3 questões tais como Género, Cargo/Função dentro da Organização e Duração do mesmo. Estas questões permitem fazer uma análise acerca da categoria profissional do inquirido e a sua experiência relativamente à matéria abordada no inquérito.

Deste modo, perante a caracterização da amostra podemos verificar que a maior parte dos inquiridos são do sexo masculino com uma percentagem de 67% sendo que os restantes 33% são do sexo feminino.

<b>Género</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>Percentagem</b>
Feminino	30	33%
Masculino	61	67%
Total	91	100%

Tabela 3 - Género da Amostra

Fonte: Elaboração Própria

No que respeita ao cargo ocupado dentro da Organização concluímos que a maioria dos inquiridos exerce a função de Auditor Interno correspondendo a 63% da amostra. De seguida, 32% da amostra refere-se a outros cargos relacionados com auditoria como Diretores de Auditoria Interna, Técnicos de Auditoria, Auditores Financeiros e Administrativos. Os restantes 5% referem-se a cargos referentes a Contabilistas Certificados e Diretores Financeiros.

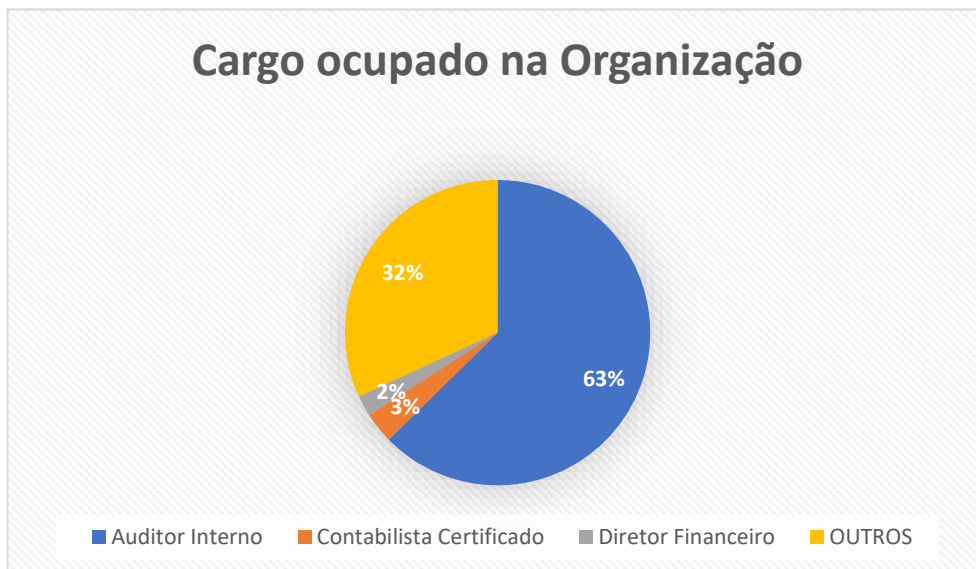


Gráfico 1 - Cargo Ocupado na Organização

Fonte: Elaboração Própria

Quanto à duração dos cargos ocupados pelos inquiridos, 49% da amostra exerce a sua função pelo menos até 5 anos, de seguida 32% exercem há mais de 10 anos e a minoria, 19% exerce entre 5 a 10 anos.

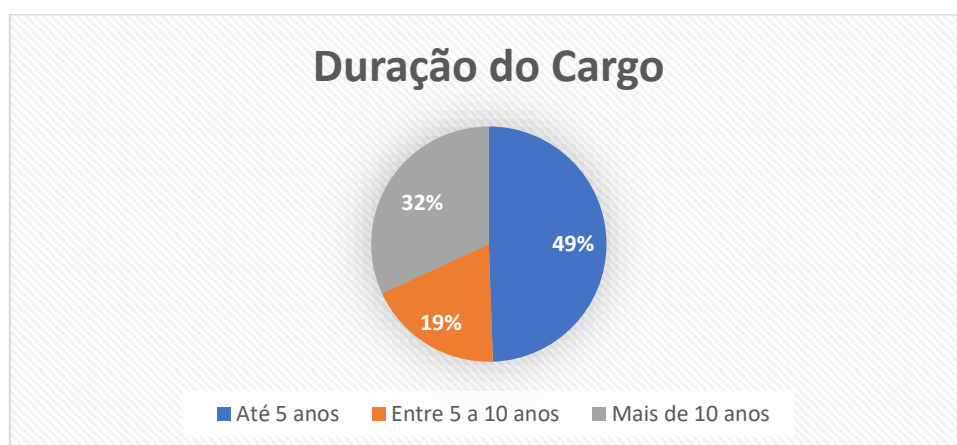


Gráfico 2 - Duração do Cargo

Fonte: Elaboração Própria



Neste sentido, a tabela nº4 demonstra a relação entre o cargo do inquirido e a duração do mesmo. Nesta análise concluímos que 49.45% da amostra, exerce atividade de auditoria há pelo menos até 5 anos e que as restantes categorias ligadas a área de auditoria exerce atividade no ramo há mais de 10 anos representando 31.87% da amostra.

Cargo na Organização	Nº de anos que exerce o referido cargo				
	Até 5 anos	Entre 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total	Percentagem
Auditor Interno	27	11	19	57	62.64%
Contabilista Certificado	1	1	1	3	3.30%
Diretor Financeiro	1	0	1	2	2.20%
OUTROS	16	5	8	29	31.87%
Total	45	17	29	91	
Percentagem	49.45%	18.68%	31.87%	100%	100%

Tabela 4 - Relação entre o Cargo na Organização e a Duração do mesmo

Fonte: Elaboração Própria

- Caraterização da Organização

Na caracterização da Organização foram realizadas 5 questões tais como Setor de Atividade, Tipo de empresa, Volume de Negócios, Número de funcionários e por fim, uma questão acerca da estrutura organizacional.

Relativamente à caracterização da Organização, este é o ponto de partida para o desenvolvimento deste estudo. Um aspeto tido em consideração foram as áreas de atividade das organizações dos inquiridos. Desta forma, decidimos fazer um desdobramento pelas seguintes atividades: Comercial, Serviços e Indústria. Ainda nesta questão era possível o inquirido acrescentar um setor de atividade não mencionado no questionário.

Perante o gráfico nº3, verificamos que a área com maior expressão é o setor de Serviços relativo a 54% da amostra. A área Comercial representa 20% e o setor Industrial atinge apenas 7%. Os restantes 19% correspondem a outros setores de atividade, como por exemplo áreas de Saúde, Banca, Setor Público, Construção Civil e Transportes.

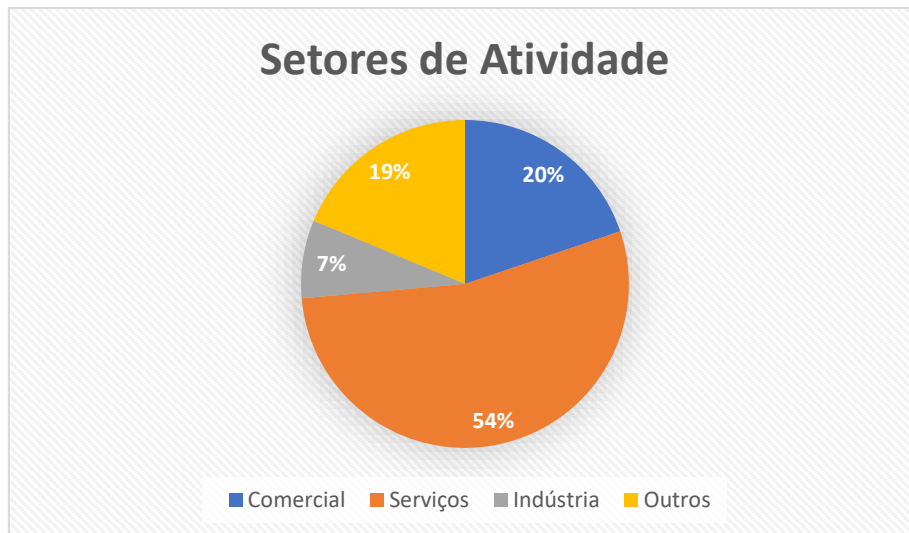


Gráfico 3 - Setores de Atividade

Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao tipo de empresa, gráfico nº4, foram considerados alguns tipos de organizações: sociedades anónimas, por quotas e unipessoal por quotas. Também nesta questão os inquiridos poderiam acrescentar outra opção de empresa. Contudo, verificamos que a generalidade da amostra corresponde a sociedades anónimas com uma percentagem de 64.8%. As sociedades por quotas representam 13.2% da amostra e as sociedades unipessoais por quotas apenas 1.1%.

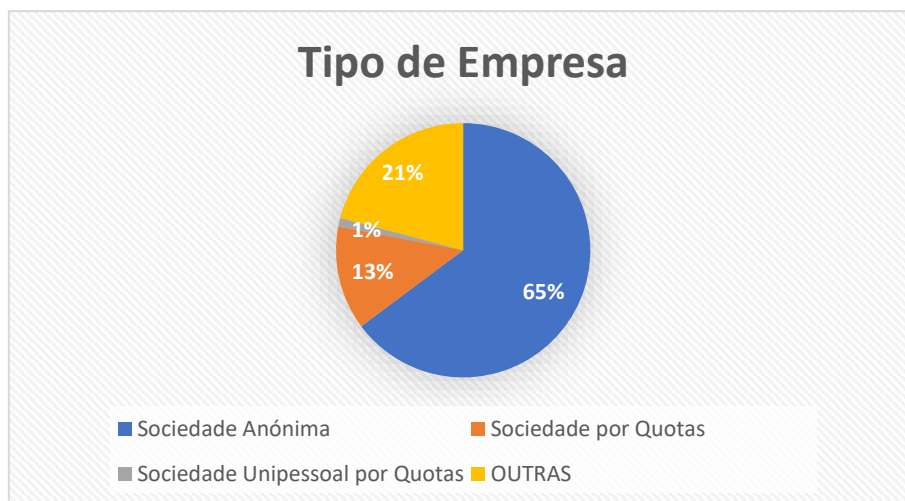


Gráfico 4 - Tipo de Empresa

Fonte: Elaboração Própria

Outros tipos de empresas como Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS), Empresas Públicas Empresariais (EPEE) e Administração Pública (AP) compõem os restantes 21% da amostra.

Para a caracterizar a dimensão da organização optamos por utilizar dois critérios: o volume de negócios e o número de funcionários. Deste modo a faturação foi subdividida, em inferior a 700 mil euros, uma segunda categoria entre 700 mil e 8 milhões euros e, uma terceira categoria superior a 8 milhões euros. A subdivisão quanto ao número de empregados teve a seguinte forma, inferior a 10 trabalhadores, entre 10 e 50 trabalhadores e mais de 50 trabalhadores.

Volume de Negócios	Nº de trabalhadores			Total	Percentagem
	Até 10	Entre 10 e 50	Mais de 50		
Menos de 700 000 euros	2	3	1	6	6.59%
Entre 700.000 e 8 000 000 euros	0	3	9	12	13.19%
Mais de 8 000 000 euros	0	0	73	73	80.22%
Total	2	6	83	91	
Percentagem	2.20%	6.59%	91.21%	100%	100%

Tabela 5 - Relação entre o Volume de Negócios e o N° de trabalhadores

Fonte: Elaboração Própria

Com referência à tabela, facilmente se conclui que as empresas que apresentam um volume de negócios superior a 8 000 000 euros, isto é, 80.22% da amostra possuem mais de 50 funcionários. Na mesma medida, as empresas com volume de negócios inferior a 700 000 euros possuem entre 10 e 50 funcionários.

Por fim, a última questão sobre a caracterização da Organização prende-se sobre a sua estrutura organizacional. Deste modo foi questionado aos inquiridos se a organização possuía organigrama sendo que 98% responderam afirmativamente. Apenas 2% dos inquiridos responderam que a organização não possui organigrama.



Gráfico 5 - Estrutura Organizacional

Fonte: Elaboração Própria

- Contributo da Auditoria Interna

A segunda parte do questionário é composta por 8 questões como o objetivo de avaliar o contributo da auditoria interna das Organizações na elaboração de boas práticas contabilísticas.

Neste sentido, os inquiridos foram questionados acerca da existência de um Departamento de Auditoria Interna. E, nas respostas afirmativas à referida questão, procuramos saber a quantidade de colaboradores que constituíam o respetivo departamento.

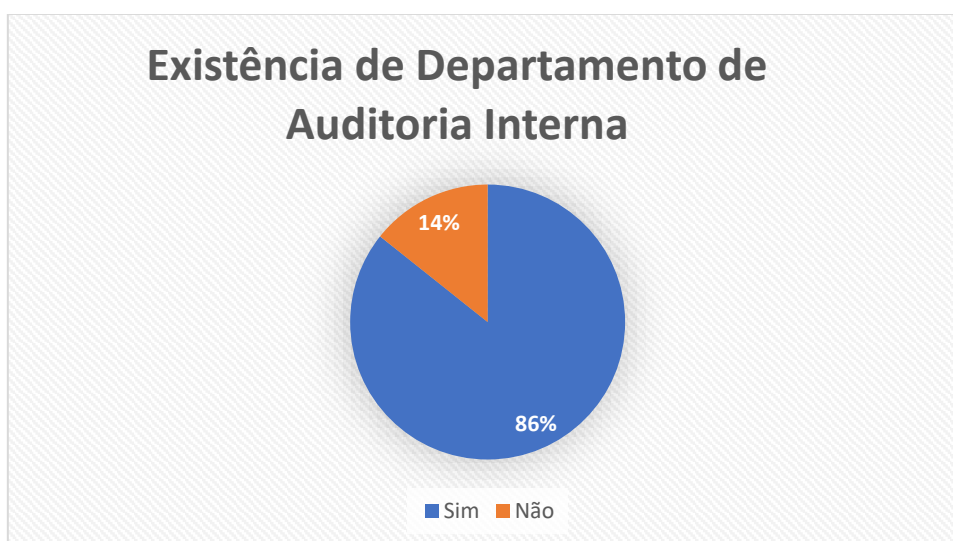


Gráfico 6 - Existência de Departamento de Auditoria Interna

Fonte: Elaboração Própria

Conforme se pode observar pelo gráfico nº7, verificamos que a maioria dos inquiridos responde afirmativamente à questão colocada, isto é, 86% afirmam que a estrutura organizacional contempla a atividade de auditoria interna. No entanto, apuramos que 14% da amostra responderam negativamente à questão e perante esta situação os inquiridos passam diretamente para a questão nº16.

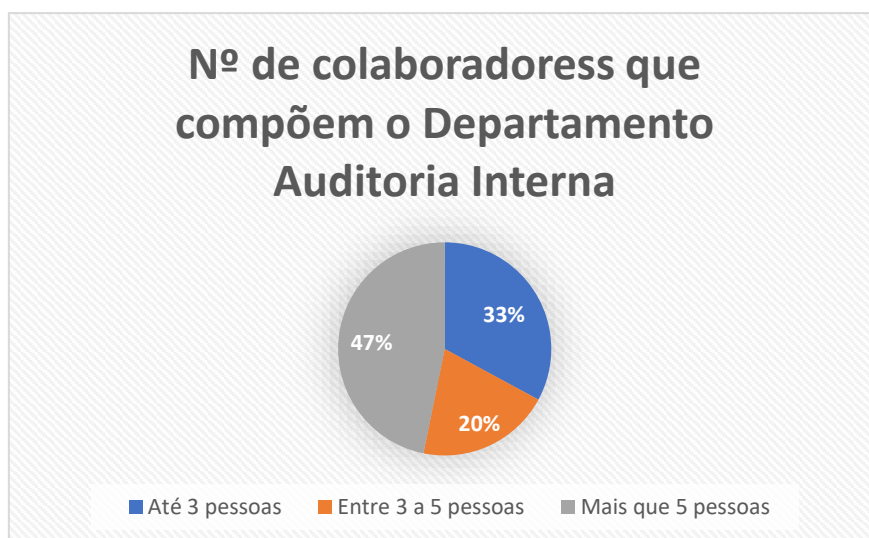


Gráfico 7 - Colaboradores que compõem o Departamento de Auditoria Interna

Fonte: Elaboração Própria

Das 78 respostas afirmativas quanto à existência que possuem departamento de auditoria interna (DAI), 47% da amostra possui mais de 5 colaboradores, sendo que 33% responderam que o DAI possui até três pessoas e 20% compreende o intervalo ente 3 a 5 pessoas.

Relativamente às áreas de atuação e interpretando a tabela nº6, podemos concluir que de acordo com a nossa amostra, as áreas de maior atuação nas organizações é a área Financeira / Operacional com 96.25% de respostas afirmativas, seguindo a área de Gestão de Risco com 86.84%. De acordo com as respostas dos inquiridos, a área de menor atuação incide sobre a Qualidade.

Áreas da Organização	% Sim	% Não
Financeira / operacional	96.25%	3.75%
Gestão de risco	86.84%	13.16%
Qualidade	57.58%	42.42%
Recursos Humanos	75.36%	24.64%
Comercial	72.86%	27.14%

Tabela 6 - Áreas de atuação da Auditoria Interna

Fonte: Elaboração Própria

No que concerne ao Manual de Procedimentos, 85% dos inquiridos responderam afirmativamente sendo que apenas 15% responderam não deter um Manual de Procedimentos.

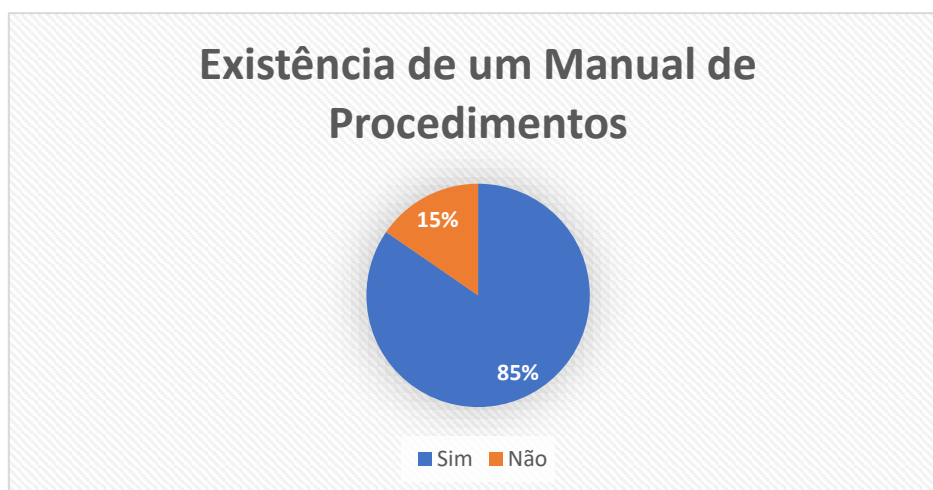


Gráfico 8 - Existência de um Manual de Procedimentos

Fonte: Elaboração Própria

A avaliação da atividade de AI também foi uma questão respondida pelos inquiridos pelo que 36% da amostra refere que a avaliação da atividade de AI é sempre sujeita a avaliações e 29% afirma serem realizadas avaliações frequentemente. Contudo 15% da amostra refere nunca terem sido feitas avaliações à atividade de AI.

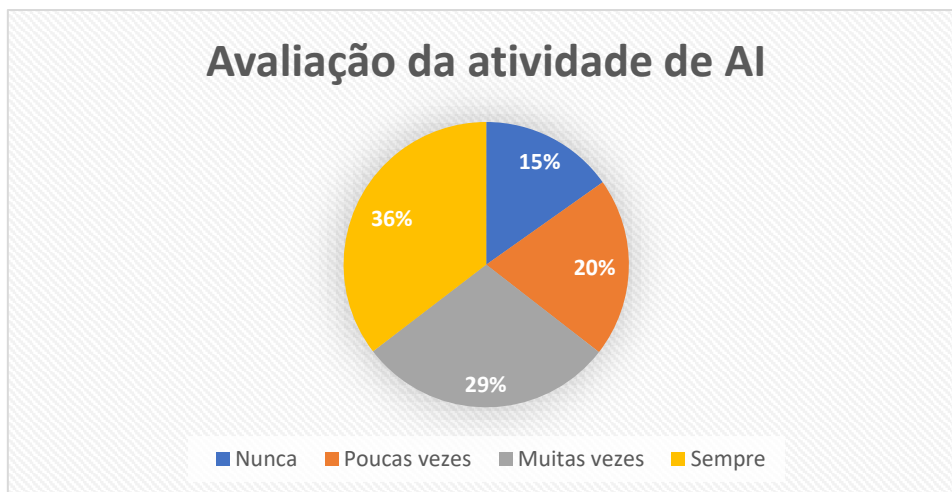


Gráfico 9 - Avaliação da atividade de Auditoria Interna

Fonte: Elaboração Própria

Para analisarmos a opinião dos inquiridos acerca do contributo da AI nas Organizações e na elaboração de boas práticas contabilísticas, selecionamos a questão nº15 e nº16. Na primeira questão pedimos que classificassem numa escala de 1 a 5 em que 1 representa pouca influência e 5 representa muita influência.

De um modo geral, podemos concluir que os inquiridos consideram que a atividade de auditoria interna tem influência na tomada de decisão pelo que 43.8% da amostra considera ter bastante influência e 26.3% considera ter muita influência. Apenas 5% da amostra considera que a AI tem pouca influência na tomada de decisão.

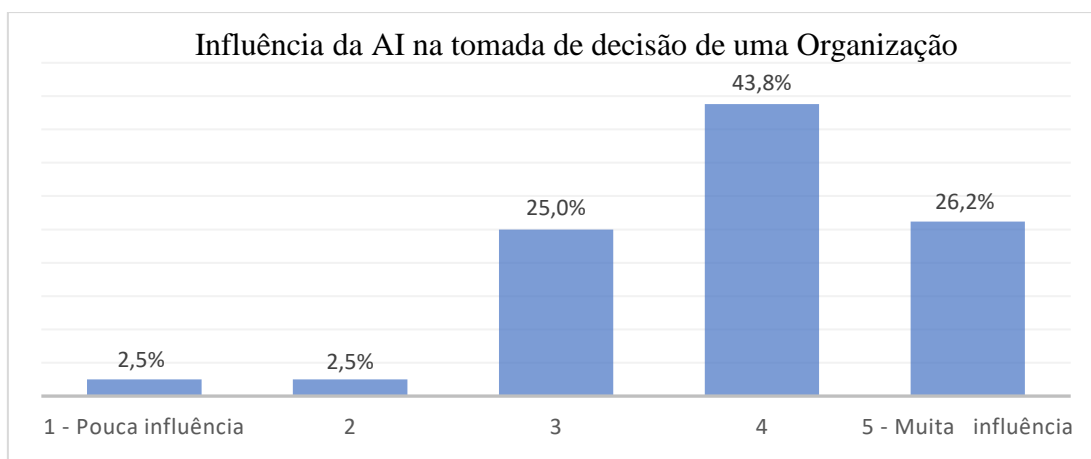


Gráfico 10 - Influência da AI na tomada de decisão

Fonte: Elaboração Própria

Na questão nº16 pedimos aos inquiridos que classificassem o grau de importância numa escala de 1 a 5 sendo que 1 representa pouco importante e 5 muito importante, os principais objetivos da AI numa Organização.

Numa análise global e tendo em consideração os cinco principais objetivos da auditoria interna, os inquiridos consideram que o acompanhamento na implementação de ações corretivas e mitigação da ocorrência de fraudes são os objetivos de maior importância para as Organizações.

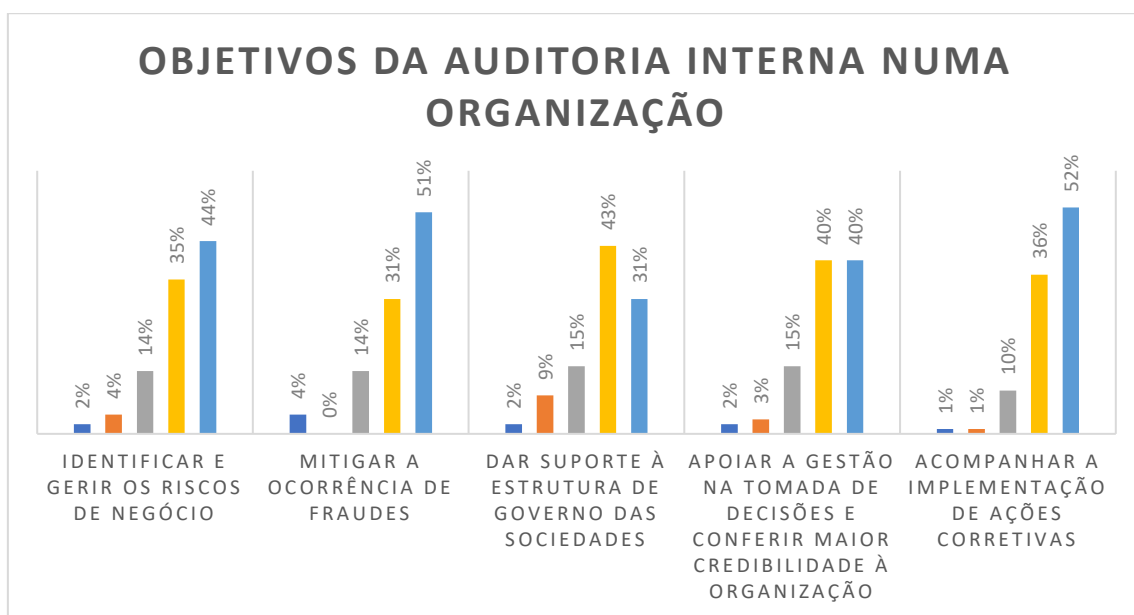


Gráfico 11 - Objetivos da Auditoria Interna numa Organização

Fonte: Elaboração Própria

No mesmo seguimento, foi questionado aos inquiridos se é comum o auditor interno fornecer ao Órgão de Gestão um relatório de sugestões para melhoria da Organização, como por exemplo sugestões de melhoria nos sistemas contabilísticos e de controlo interno. A análise das respostas permite verificar que 94% dos inquiridos respondeu afirmativamente à questão.





Gráfico 12 - Relatório com recomendações da AI

Fonte: Elaboração Própria

- Sistema de Controlo Interno

A abordagem ao controlo interno é a terceira parte do questionário e neste grupo é interrogado aos inquiridos a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) na organização e de que modo o mesmo é aplicado.

Após a seguinte análise, é demonstrado que a maioria dos inquiridos afirma ter existência de um sistema controlo o interno, justamente 93% da amostra. Apenas 7% revela não ter qualquer sistema de controlo interno.



Gráfico 13 - Existência de um SCI

Fonte: Elaboração Própria

No mesmo seguimento da questão anterior, dos 93% dos inquiridos que responderam existir um sistema de controlo interno, 65% é aplicado de forma formal, ou seja, através de um manual de procedimentos. Do mesmo modo, 25% dos inquiridos refere que o SCI é aplicado de forma informal, não existindo um documento escrito.

Dado que nesta questão os inquiridos poderiam dar outra resposta para além das mencionadas, 10% das respostas referem-se a outros métodos de como o SCI é implementado tais como existência de diferentes manuais, isto é, um manual para cada processo e através de um Software específico (*Opensource*) no qual consideramos que ambos métodos se enquadram na aplicação formal .

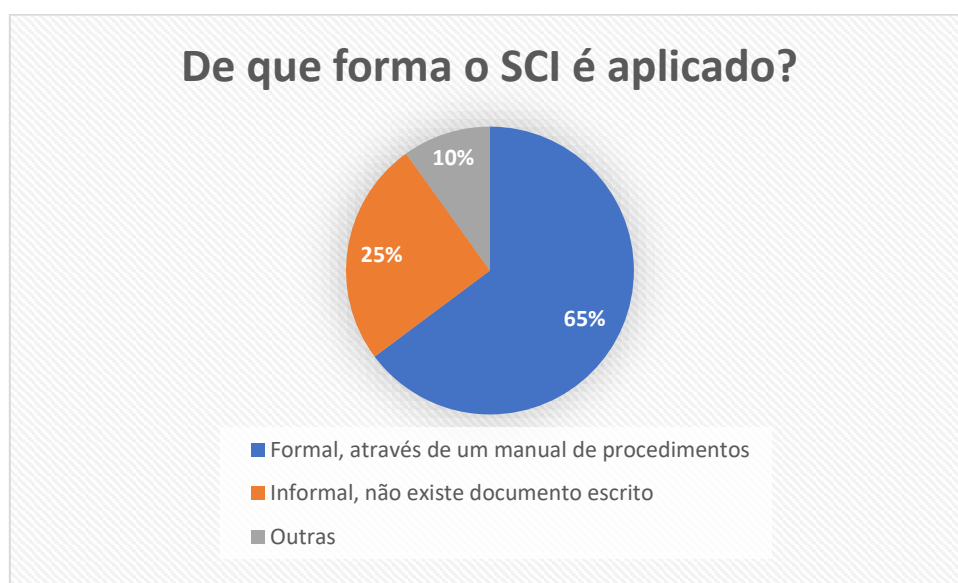


Gráfico 14 - Aplicação do Sistema de Controlo Interno

Fonte: Elaboração Própria

A análise dos resultados da tabela nº7, relativa à cooperação, indica que 56% dos inquiridos refere que os Órgãos de Gestão cooperam algumas vezes no desenvolvimento dos trabalhos da atividade de auditoria interna, seguindo-se os que dizem que esta cooperação é sempre praticada (35.20%). Salienta-se que apenas 8.80% dos inquiridos afirmam não existir cooperação por parte dos Órgãos de Gestão.

<b>Cooperação dos Órgãos de Gestão</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nunca	8	8.80%
Algumas vezes	51	56%
Sempre	32	35.20%

Tabela 7 - Cooperação do Órgãos de Gestão

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente às áreas onde o SCI atua podemos verificar uma alta proporção nas três áreas selecionadas com percentagens entre os 76% a 86%.

<b>Áreas do SCI</b>	<b>% Sim</b>	<b>% Não</b>
Fiabilidade do reporte financeiro?	85.88%	14.12%
Revisão dos processos de sistemas de informação?	76.47%	23.53%
Revisão dos controlos operacionais?	85.06%	14.94%

Tabela 8 - Áreas de atuação do SCI

Fonte: Elaboração Própria

Na parte final do questionário, decidimos abordar um tema que tem vindo a estar mais em foco nas organizações: O *Corporate Governance*. Deste modo, questionamos aos inquiridos se as respetivas Organizações adotavam princípios de *Corporate Governance* e no caso de a resposta ser afirmativa de que forma o mesmo era aplicado.

Perante a análise do gráfico abaixo, 82% das respostas foram afirmativas o que nos indica que praticamente todas as organizações que fazem parte da nossa amostra adotam princípios de *Corporate Governance*.

## A Organização adota princípios de *Corporate Governance*?

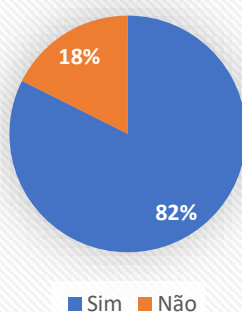


Gráfico 15 - O *Corporate Governance* numa Organização

Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao método de divulgação, dos 82% que respondeu “Sim” à questão anterior, 31% refere que os princípios de *Corporate Governance* são divulgados através do Relatório de Contas e de Reuniões com colaboradores e diretores, simultaneamente. Contudo, 21% dos inquiridos responderam não serem divulgados devido ao facto da organização não adotar princípios de *Corporate Governance*.

Divulgação dos princípios	Nº de respostas	Percentagem
Não são divulgados	19	21%
Relatório de Contas	19	21%
Relatório de Contas e Reuniões colaboradores/diretores	28	31%
Reuniões colaboradores/diretores	18	20%
Outros	7	8%
Total	91	100,00%

Tabela 9 - Divulgação dos Princípios de CG

Fonte: Elaboração Própria

Por fim, abordamos a rotatividade e a independência do auditor interno para compreender a opinião dos inquiridos sobre esta temática. Deste modo, questionámos os inquiridos: “A rotatividade dos Auditores Internos é uma mais valia para a prevenção e deteção da fraude de relato financeiro. Concorda com a afirmação?”

Com base no gráfico nº16 verificamos que 55% dos inquiridos concorda que a rotatividade dos auditores interfere na qualidade de auditoria tornando-se uma mais valia para a gestão de uma Organização. No entanto, 32% discordam da afirmação e 13% revelam não ter opinião sobre o tema.

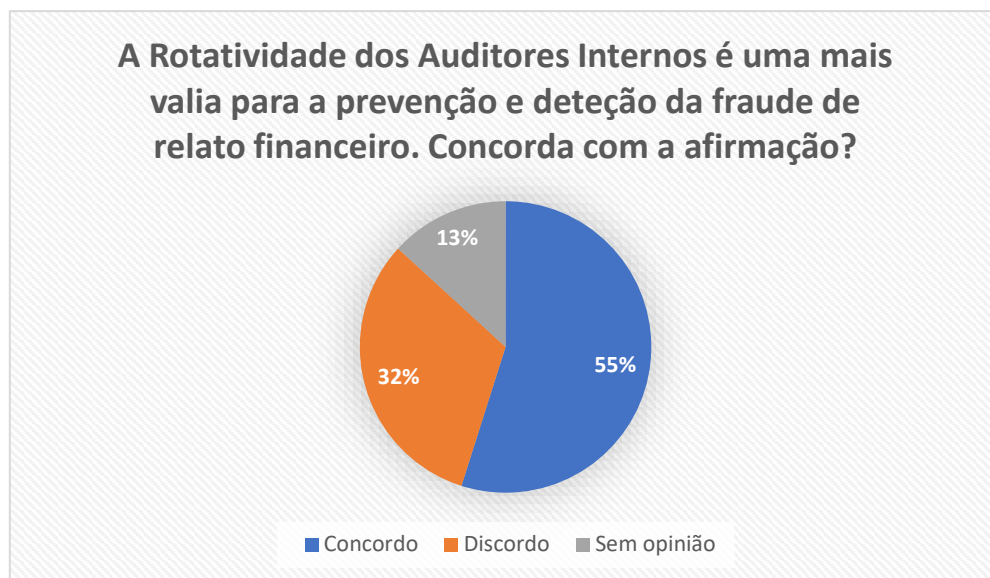


Gráfico 16 - Rotatividade do Auditor Interno

Fonte: Elaboração Própria

A última pergunta do questionário solicita opinião dos inquiridos sobre o período de rotação do auditor interno questão.

Perante o gráfico nº17 podemos concluir que 39% dos inquiridos consideram não haver relação entre o tempo na função e a sua independência. Contudo, 35% dos inquiridos são da opinião que de forma a garantir a independência do auditor, a rotação do mesmo deveria incidir entre 5 e 10 anos.

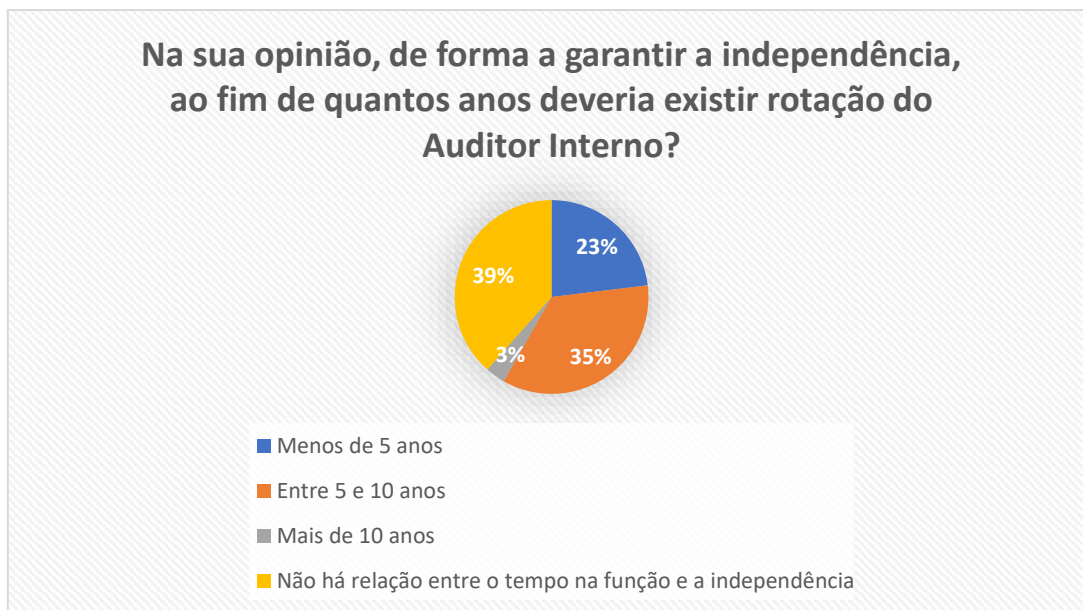


Gráfico 17 - Independência e Rotatividade do Auditor Interno

Fonte: Elaboração Própria

## 5.2 Estatística Inferencial

Após a análise descritiva dos dados obtidos, segue-se a abordagem inferencial dos mesmos, através da estatística analítica.

A estatística inferencial é um tipo de procedimento que a partir, de dados recolhidos, se permite obter conclusões gerais. O seu objetivo consiste em testar uma hipótese a partir de um conjunto de valores representativo (amostra) sobre um universo a que designamos, população.

Para testar a validação de uma hipótese, o primeiro passo compreende em especificar as duas hipóteses alternativas, uma das quais vai ser escolhida com base na informação contida numa amostra (Pedrosa & Gama, 2016).

Deste modo, estabelecemos o seguinte:

**H0:** Hipótese Nula: é a hipótese que julgamos improvável. Geralmente contém (=).

**H1:** Hipótese Alternativa: é a hipótese mais provável de acontecer e que se pretende verificar. Geralmente contém (>, < ou ≠).

Os testes de hipóteses são sempre compostos por duas hipóteses: a hipótese nula ( $H_0$ ) e a alternativa ( $H_1$ ), ou seja, a hipótese nula é a hipótese que é considerada verdadeira durante o procedimento do teste até ao momento em que haja evidência significativa que permita refutar a hipótese nula. A hipótese alternativa é aquela que se pretende confrontar com os factos estatísticos e na qual se admite que a experiência realizada com a amostra não desencadeou alterações nas suas características.

Por outras palavras, a hipótese alternativa só pode ser considerada válida, caso a hipótese nula seja, estatisticamente, rejeitada. Ou seja, a resposta num teste de hipóteses é baseada na rejeição ou não rejeição da hipótese nula ( $H_0$ ).

Contudo, a decisão de refutar ou não a hipótese nula depende, essencialmente, do nível de significância que for considerado. O valor da prova ou o valor-p de um teste estatístico é uma probabilidade que mede até que ponto é que os dados da amostra sugerem a rejeição de  $H_0$ . Ou seja, o valor da prova ou o valor-p é o menor nível de significância que nos conduz à rejeição de  $H_0$  com a amostra observada. (Pedrosa & Gama, 2016).

Por outro lado, e uma vez que a tomada de decisão é baseada numa amostra da população e não na sua totalidade, pode-se cometer dois tipos de erros. O erro tipo I consiste em rejeitar a hipótese nula quando a mesma é verdadeira. A probabilidade de cometer um erro tipo I num teste de hipóteses é designada de nível de significância e representa-se pela letra grega ( $\alpha$ ). O erro tipo II consiste em não rejeitarmos a hipótese nula quando a mesma é falsa. A probabilidade de ocorrer um erro tipo II é denominada pela letra grega ( $\beta$ ).

De acordo com a tabela nº10, podemos concluir que a hipótese nula pode ser rejeitada se o valor de p for inferior ou igual a 0.05, e não pode ser rejeitada se for superior a esse valor.

<b>Se <math>p \geq 0.1</math></b>	Não existe evidência contra a $H_0$ , logo não é possível rejeitar a hipótese nula.
<b>Se <math>p &lt; 0.1</math></b>	Verifica-se uma fraca evidência contra a $H_0$
<b>Se <math>p \leq 0.05</math></b>	Há uma evidência significativa contra a $H_0$ , pelo que é possível rejeitar a hipótese nula.
<b>Se <math>p &lt; 0.01</math></b>	Forte evidência contra a $H_0$ , a hipótese nula pode ser refutada.

Tabela 10 - Interpretação do p-valor

Fonte: Adaptado de Morais (pág.23)

Durante o processo de inferência estatística, o investigador depara-se com uma questão fundamental sobre qual é o teste de hipóteses mais adequado para a análise dos dados em estudo. Os testes de hipóteses podem ser divididos em dois grandes grupos: Testes paramétricos e Testes não-paramétricos. Os testes paramétricos baseiam-se em medidas intervalares da variável dependente, mas este tipo de teste tem que cumprir três requisitos sendo que:

1. Os resultados, tem de obedecer a uma distribuição normal;
2. A variância deve ser homogênea, ou seja, para cada experiência, a variação dos resultados deve ser aproximada;
3. Os dados devem constituir uma escala de intervalos contínuos e iguais.

O não cumprimento de algum destes requisitos poderá condicionar a escolha do pesquisador, dado que este tipo de teste é poderoso e fidedigno.



No que respeitos aos testes não paramétricos, para Tuckman (2000), são testes que requerem menos pressupostos, quando comparados com os paramétricos. Baseiam-se em dados ordinais e/ou nominais, são muito úteis para a análise de pequenas e grandes amostras, no entanto não é um método tão forte quanto os paramétricos pois têm menor probabilidade de se rejeitar a hipótese nula.

Na realização deste estudo, a nossa escolha recaiu na aplicação do teste não-paramétrico de independência do Qui-quadrado, que permite verificar a independência (relação) entre duas variáveis de qualquer tipo que se apresentem agrupadas numa tabela de contingência.

As nossas hipóteses foram testadas com um intervalo de confiança de 95%, ou, por outras palavras, com um nível de significância de 5%, em que a probabilidade de ocorrer o erro tipo I é de 5% (é o erro de rejeitar  $H_0$  quando, na realidade,  $H_0$  é verdadeira).

Para que o teste de independência do Qui-Quadrado possa ser aplicado com rigor, é necessário que as seguintes condições sejam preenchidas:

1. As observações sejam independentes;
2. O tamanho da amostra seja superior a 20;
3. Todas as frequências esperadas sejam superiores a 1 e
4. Pelo menos 80% das frequências esperadas sejam iguais ou superiores a 5.

No caso de algum dos pressupostos anteriores não se verificar, o teste de independência do Qui-quadrado não pode ser aplicado com rigor, devendo ser usadas outras alternativas.

Nas situações em que não se cumpra o requisito nº4, será utilizada a simulação de Monte Carlo.

A simulação de Monte Carlo é um método estatístico que procura determinar a probabilidade de ocorrência de uma determinada situação experimental, através de um conjunto elevado de simulações, baseado na geração aleatória de amostras a partir do conhecimento empírico da população sob estudo.

### 5.3 Discussão de Resultados

#### Hipótese 1:

(H0): Não existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a sua influência na tomada de decisão.

(H1): Existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a sua influência na tomada de decisão

A tabela nº 11 demonstra que, das 85,7% empresas que possuem departamento de auditoria interna, 59,4% consideram as informações prestadas pela AI têm muita influência na tomada de decisão de uma Organização.

			Influência da informação prestada pela AI na tomada de decisão					Total	
			N/A	1 - nenhuma	2	3	4		5 - muita
Existência de Departamento de Auditoria Interna	Não	Contagem	10	0	0	0	3	0	13
		Contagem Esperada	1,4	0,3	0,3	2,9	5,1	3,0	13,0
		% do Total	11,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,3%	0,0%	14,3%
	Sim	Contagem	0	2	2	20	33	21	78
		Contagem Esperada	8,6	1,7	1,7	17,1	30,9	18,0	78,0
		% do Total	0,0%	2,2%	2,2%	22,0%	36,3%	23,1%	85,7%
Total		Contagem	10	2	2	20	36	21	91
		Contagem Esperada	10,0	2,0	2,0	20,0	36,0	21,0	91,0
		% do Total	11,0%	2,2%	2,2%	22,0%	39,6%	23,1%	100,0%

Tabela 11 - Tabela contingência relativo à existência de um DAI e influência da AI

Fonte: SPSS

A tabela nº12 abaixo apresentada, mostra os resultados do teste do Qui-Quadrado por simulação de Monte Carlo, na medida em que não foram cumpridos todos os pressupostos requeridos para a utilização do teste de independência do Qui-Quadrado. Assim, o p-valor a considerar é 0.000, perante o qual devemos rejeitar a hipótese nula tendo em conta o nível de significância de 0.05. Assim, para um nível de significância de 5%, podemos considerar que existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a Influência na tomada de decisão.

	Testes qui-quadrado					
	Valor	gl	9	Sig. Monte Carlo (2 lados)		
				Significância	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Qui-quadrado de Pearson	68,542 <sup>a</sup>	5	0,000	,000 <sup>b</sup>	0,000	0,000
Razão de verossimilhança	53,989	5	0,000	,000 <sup>b</sup>	0,000	0,000
Teste Exato de Fisher	45,142			,000 <sup>b</sup>	0,000	0,000
Nº de Casos Válidos	91					
a. 7 células (58,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima b. Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente inicial 2000000.						

Tabela 12 - Teste do Qui-Quadrado por Simulação de Monte Carlo H1

Fonte: SPSS

### Hipótese 2:

(H0): Não existe relação entre o tempo na função do Auditor Interno e a Rotatividade do mesmo com a prevenção / detecção de fraude no relato financeiro.

(H1): Existe relação entre o tempo na função do Auditor Interno e a rotatividade do mesmo com a prevenção/ detecção de fraude no relato financeiro.

A tabela nº13 demonstra que 54.9% dos inquiridos consideram a rotatividade do auditor uma mais valia para prevenção e detecção de fraudes no qual o período da sua rotatividade numa Organização deverá incidir entre 5 e 10 anos. No entanto, 361.9% discordam da afirmação e consideram não existir relação entre o tempo e a função.

			Anos de Rotação do Auditor Interno				Total
			Menos de 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Não há relação entre o tempo na função e a independência	
Rotatividade e do Auditores Internos é uma mais valia para a detecção de fraude	Concordo	Contagem	19	27	1	3	50
		Contagem Esperada	11,5	17,6	1,6	19,2	50,0
		% do Total	20,9%	29,7%	1,1%	3,3%	54,9%
	Discordo	Contagem	1	2	2	24	29
		Contagem Esperada	6,7	10,2	1,0	11,2	29,0
		% do Total	1,1%	2,2%	2,2%	26,4%	31,9%
	Sem opinião	Contagem	1	3	0	8	12
		Contagem Esperada	2,8	4,2	0,4	4,6	12,0
		% do Total	1,1%	3,3%	0,0%	8,8%	13,2%
	Total	Contagem	21	32	3	35	91
		Contagem Esperada	21,0	32,0	3,0	35,0	91,0
		% do Total	23,1%	35,2%	3,3%	38,5%	100,0%

Tabela 13 - Tabela contingência relativo à Rotatividade do Auditor Interno

Fonte: SPSS

Na tabela nº14 consta os resultados do teste do Qui-Quadrado por simulação de Monte Carlo, sendo que o p-valor tem em consideração é 0.000, pelo que, para o nível de significância de 0.05, devemos rejeitar a hipótese nula. Assim, para o nível de significância de 5% concluímos que existe relação entre o tempo na função do Auditor Interno e a rotatividade do mesmo na prevenção/ detecção de fraude no relato financeiro.

	Testes qui-quadrado					
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig. Monte Carlo (2 lados)		
				Significância	Intervalo de Confiança	
				Limite inferior	Limite superior	
Qui-quadrado de Pearson	55,551 <sup>a</sup>	6	0,000	,000 <sup>b</sup>	0,000	0,000
Razão de verossimilhança	64,100	6	0,000	,000 <sup>b</sup>	0,000	0,000
Teste Exato de Fisher	59,635			,000 <sup>b</sup>	0,000	0,000
Nº de Casos Válidos	91					

a. 6 células (50,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é  
b. Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente inicial 1502173562.

Tabela 14 - Teste do Qui-Quadrado por Simulação de Monte Carlo H2

Fonte: SPSS

### Hipótese 3:

(H0): Não existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a implementação de *Corporate Governance* na Organização.

(H1): Existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a implementação de *Corporate Governance* na Organização.

Na seguinte tabela podemos analisar a relação entre a Auditoria Interna e o *Corporate Governance* no qual podemos concluir que existe uma relação favorável entre ambas pois dos 85.7% que possuem DAI, 82.4% também possuem *Corporate Governance*.

			A Organização adota medidas de Corporate		Total
			Não	Sim	
Existência de Departamento de Auditoria Interna	Não	Contagem	5	8	13
		Contagem Esperada	2,3	10,7	13,0
		% do Total	5,5%	8,8%	14,3%
	Sim	Contagem	11	67	78
		Contagem Esperada	13,7	64,3	78,0
		% do Total	12,1%	73,6%	85,7%
Total		Contagem	16	75	91
		Contagem Esperada	16,0	75,0	91,0
		% do Total	17,6%	82,4%	100,0%

Tabela 15 - Tabela contingência relativo à existência de DAI e CG

Fonte: SPSS

A tabela nº16 apresenta os resultados do teste do Qui-Quadrado. Sendo que o p-valor considerado é 0.033, para um nível de significância de 0.05, devemos rejeitar a hipótese nula. Assim, conclui-se existe relação entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna e a implementação de *Corporate Governance* na Organização.

Testes qui-quadrado <sup>©</sup>					
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	4,563 <sup>a</sup>	1	0,033	0,048	0,048
Correção de continuidade <sup>b</sup>	3,036	1	0,081		
Razão de verossimilhança	3,843	1	0,050	0,114	0,048
Teste Exato de Fisher				0,048	0,048
Nº de Casos Válidos	91				
a. 1 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é b. Computado apenas para uma tabela 2x2 c. Para a tabulação cruzada 2x2, resultados exatos são fornecidos em vez dos resultados de Monte Carlo.					

Tabela 16 - Teste do Qui-Quadrado H3

Fonte: SPSS

#### Hipótese 4:

(H0): Não existe relação entre o envolvimento do Órgão de Gestão no SCI e a importância da Auditoria Interna na mitigação e ocorrência de fraudes.

(H1): Existe relação entre o envolvimento do Órgão de Gestão no SCI e a importância da Auditoria Interna na mitigação e ocorrência de fraudes.

A tabela nº17 demonstra a envolvimento do Órgão de Gestão no Sistema de Controlo Interno, no qual 56% dos inquiridos revela a cooperação do mesmo em algumas situações e 35.2% dos inquiridos afirmam haver sempre cooperação dos Órgãos de Gestão. Quanto à percepção da importância na mitigação de fraudes, 48.4% dos inquiridos consideram muito importante.

			Importância de AI na Mitigação e Ocorrência de Fraudes					Total
			1 - Nenhuma	2	3	4	5 - Muita	
Envolvimento do Órgão de Gestão no SCI	Algumas vezes	Contagem	0	0	7	20	24	51
		Contagem Esperada	2,2	0	7,3	15,7	25,8	51,0
		% do Total	0,0%	0,0%	7,7%	22,0%	26,4%	56,0%
	Nunca	Contagem	0	0	2	2	4	8
		Contagem Esperada	0,4	0	1,1	2,5	4,0	8,0
		% do Total	0,0%	0,0%	2,2%	2,2%	4,4%	8,8%
	Sempre	Contagem	4	0	4	6	18	32
		Contagem Esperada	1,4	0	4,6	9,8	16,2	32,0
		% do Total	4,4%	0	4,4%	6,6%	19,8%	35,2%
	Total	Contagem	4	0	13	28	46	91
		Contagem Esperada	4,0	0	13,0	28,0	46,0	91,0
		% do Total	4,4%	0,0%	14,3%	30,8%	50,5%	100,0%

Tabela 17 - Tabela contingência relativo ao envolvimento do Órgão de Gestão

Fonte: SPSS

A seguinte tabela apresenta os resultados do teste do Qui-Quadrado por simulação de Monte Carlo, sendo que o p-valor tem em consideração é igual a 0.087, pelo que, para o nível de significância de 0.05, não devemos rejeitar a hipótese nula. Assim, conclui-se que não existe relação entre o envolvimento do Órgão de Gestão no SCI e a importância da Auditoria Interna na mitigação e ocorrência de fraudes.

	Testes qui-quadrado					
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig. Monte Carlo (2 lados)		
				Significância	Intervalo de Confiança 95%	
				Limite inferior	Limite superior	
Qui-quadrado de Pearson	11,201 <sup>a</sup>	6	0,082	,087 <sup>b</sup>	0,082	0,093
Razão de verossimilhança	12,224	6	0,057	,077 <sup>b</sup>	0,071	0,082
Teste Exato de Fisher	10,056			,083 <sup>b</sup>	0,077	0,088
Nº de Casos Válidos	91					

a. 7 células (58,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima  
b. Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente inicial 1535910591.

Tabela 18 - Teste do Qui-Quadrado por Simulação de Monte Carlo H4

Fonte: SPSS

## **CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO**

---



No contexto atual, com a crescente concorrência dos mercados, o papel da auditoria interna tem conquistado uma posição indispensável ao sucesso de uma Organização fomentando a qualidade e o rigor na tomada de decisão. Neste sentido, a auditoria interna é capaz de contribuir significativamente para a redução de riscos e melhorar a qualidade da gestão.

Esta dissertação focou-se no Impacto da Auditoria Interna na Gestão de uma Organização com o objetivo de avaliar o impacto da auditoria interna na tomada de decisão das empresas e perceber quais as áreas fulcrais cujo o impacto é notório e representativo.

Neste sentido, através da revisão da literatura realizada foi possível constatar a crescente evolução da auditoria interna bem como o seu alargamento a outros domínios. A auditoria interna deixou de ser limitada ao domínio contabilístico/financeiro alargando o seu campo de atuação para diversas áreas como por exemplo no âmbito organizacional e operacional das entidades.

Neste trabalho de investigação pretendeu-se evidenciar o importante contributo da auditoria interna para a gestão de uma organização recorrendo, com efeito, à opinião dos inquiridos que constituíram a amostra analisada. O estudo de caso foi desenvolvido com base no inquérito por questionário.

Perante a análise do questionário podemos concluir que 86% da amostra possui departamento de auditoria interna o que revela ser um valor bastante interessante pois demonstra o interesse das empresas em adotar medidas de auditoria interna. Da mesma forma, 70% dos inquiridos consideram que as informações prestadas pela atividade de auditoria interna têm influência no processo de tomada de decisão o que nos leva a concluir a importância e o impacto positivo que a existência de um departamento de auditoria interna conduz à gestão de uma organização.

No que respeita à rotatividade dos auditores internos 55% dos inquiridos concorda que a rotatividade dos auditores interfere na qualidade de auditoria tornando-se uma mais valia para a gestão de uma organização. No entanto, 32% discordam da afirmação e 13% revelam não ter opinião sobre o tema. Quanto à independência do auditor, 39% dos inquiridos consideram não haver relação entre o tempo na função e a sua independência.

Contudo, 35% dos inquiridos são da opinião que, de forma a garantir a independência do auditor a rotação do mesmo deveria incidir entre 5 e 10 anos.

O *Corporate Governance* é um dos temas que tem vindo a estar cada vez mais em foco na medida em que o mercado e as instituições reconhecem o impacto positivo que as boas práticas de *Corporate Governance* nas Organizações. E, de facto, 82% da amostra confirma a adoção de medidas de *Corporate Governance* nas respetivas Organizações.

Na análise ao controlo interno consideramos que esta é uma área que se tornará cada vez mais importante dentro de uma organização, no qual 93% da amostra respondeu afirmativamente à questão sobre a existência de um SCI na Organização. Quanto à envolvimento do Órgão de Gestão no desenvolvimento e manutenção do SCI, 56% dos inquiridos respondeu algumas vezes, 35.20% respondeu cooperar sempre e apenas 8.80% respondeu nunca cooperar no desenvolvimento do CI.

Posto isto, tendo em conta a ponderação do modelo de análise construído onde cada hipótese analisada correspondia a 25%, podemos dizer que a H1, H2 e H3 confirmaram-se pelo que obtivemos 75% de confirmação das hipóteses.

Em sentido oposto, a hipótese H4 não se verificou, ou seja, não existe relação entre o envolvimento do Órgão de Gestão no SCI e a importância da Auditoria Interna na mitigação e ocorrência de fraudes. Uma possível explicação para que a quarta hipótese não se verifique pode estar relacionada com a construção da pergunta nº19 do questionário, o que poderá ter levado a várias interpretações por parte dos inquiridos e desta forma o objetivo ter sido deturpado.

Assim sendo, com uma percentagem de confirmação de 75%, consideramos ter alcançado o objetivo a que este estudo se propôs, dando uma resposta bastante assertiva à pergunta inicial desta pesquisa “O impacto da auditoria interna na gestão de uma organização”.

## **Limitações ao Estudo**

Como limitações ao presente estudo, consideramos a dificuldade de obtenção de respostas por parte das empresas. Neste sentido, sentimos a necessidade de alterar o método de envio do questionário inicialmente estabelecido o que constituiu uma dificuldade acrescida, impedindo o normal desenvolvimento do trabalho.

Consideramos a nossa amostra um ponto limitativo na realização deste estudo, uma vez que não foi possível obter respostas por parte dos Órgãos de Gestão das Organizações.

Apontamos igualmente como uma limitação ao estudo, o nº de indivíduos que realizaram o pré-teste do questionário uma vez que na análise do mesmo detetamos alguns pontos de melhoria, nomeadamente na construção das questões.

## **Recomendações para futuras Investigações**

Em termos de recomendações para futuras pesquisas, poderia ser interessante abordar o impacto da auditoria interna numa perspetiva mais detalhada de uma determinada área, por exemplo nos sistemas de informação. Recomendaria uma especial atenção ao que neste estudo se tornou uma limitação de modo a obter melhores resultados para trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Alberton, L. (2002). Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental. Dissertação de Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Almeida, A. (2018). Auditoria Externa numa Empresa na Área do Turismo. *Revista de Economia, Empresas e Empreendedores*, 2.
- Almeida, B.M.J (2004). Auditoria e Sociedade: O Diálogo Necessário. *Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo*, 34, 80-96.
- Almeida, M. (2003). Auditoria: um curso moderno e completo (6ª Edição). São Paulo: Editora Atlas.
- Almeida, L.S., & Freire, T. (2007). Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação (4ª Edição). Braga: Psiquilibrios
- Alves, J.J.S (2015). Princípios e Prática de Auditoria e Revisão de Contas (1ª Edição). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Araújo, I. P.S (2004). Introdução à Auditoria Operacional. (2ª Edição). Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- Augusto, J.S (2016). A importância do Instituto Português de Auditoria Interna no desenvolvimento da Auditoria Interna em Portugal. Dissertação do Mestrado de Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Attie, W. (1992). Auditoria Interna. São Paulo: Atlas.
- Barreiro, M. (2007) “Auditoria Interna – Aliada da estratégia empresarial”. *Revista de Auditoria Interna*, 207.
- Boynton, W.C., Johnson, R. N. & Kell, W. G. (2002). Auditoria. São Paulo: Atlas.
- Carey, P. & Simnett, R. (2006). Audit partner tenure and audit quality. *The Accounting Review*, 81(3), 653 – 676.

Catalão, J.P.F (2015). O papel do Consultor Fiscal na Auditoria Financeira Externa. Relatório de Estágio em Gestão Financeira, Instituto Superior de Gestão – Business & Economics School.

Cavadas, J. (2016). Os riscos associados a um processo de Auditoria Financeira. Relatório Estágio de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Chi, W. (2011). An overlooked effect of mandatory audit-firm rotation on investigation strategies. *OR Spectrum*, 33, 265–285.

Committee of Sponsoring Organizations. (COSO, 2013). Internal control – Integrated framework.

Costa, C.B. (2010). Auditoria financeira – teoria & prática (9ª Edição). Lisboa: Rei dos Livros.

Crepaldi, S. A. (2007). Auditoria Contábil: teoria e prática (4ª Edição). São Paulo: Editora Atla.

Diehl, A. A. (2004). Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall.

Duarte, L.S. (2010). Auditoria Financeira. Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Fortin, M. F. (1999). O processo de Investigação: da concepção à realização. Loures: Lusociência.

Fortin, M. F. (2000). O processo de Investigação: da concepção à realização (2ª Edição). Loures: Lusociência.

Fortin, M.F. (2003). O processo de investigação – da concepção à realização. (3ª Edição). Loures: Lusociência.

García, L. S., Barbadillo, E. R., & Pérez, M. O. (2012). Audit committee and internal audit and the quality of earnings: empirical evidence from Spanish companies. *Journal of Management & Governance*, 16, No. 2(pp. 305-331).

Gil, A.C (2008). Métodos e Técnicas de Persquisa Social (6ª Edição). São Paulo: Atlas.

Grumet, L. (2007). Rethinking Sarbanes-Oxley. The CPA Journal, 77.

IIA (2009). Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna Tradução do IPAI agosto 2009.

IPAI- <http://www.ipai.pt/faq/faq.php?id=44> – consultado em julho,2019.

ISA 300 – Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras. Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados - Edição 2015 Parte I.

ISA 315 (Revista) – Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente. Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados - Edição 2015 Parte I.

ISA 610 - Usar o Trabalho de Auditores Internos. Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados - Edição 2015 Parte I.

ISA 700 – Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras. Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados - Edição 2015 Parte I.

Jund, S. (2001). Auditoria: conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 500 questões. Rio de Janeiro: Impetus.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. (1999). Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados (4ª Edição). São Paulo: Editora Atlas.

Lima, P. (2014). O impacto da Auditoria Interna no Desempenho Organizacional. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Marques, M. (1997). Auditoria e Gestão (1ª Edição). Lisboa: Editorial Presença.

Morais, G. & Martins, I. (2007). Auditoria interna – Função e processo (3ª Edição). Lisboa: Áreas Editora.

Morais, G. & Martins, I. (2013). Auditoria interna – Função e processo (4ª Edição). Lisboa: Áreas Editora

OCDE:

[https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN\(99\)6&docLanguage=En](https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN(99)6&docLanguage=En) – consultado em janeiro 2019.

Pamponet, A.V. (2009). Auditoria Interna de processos. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/artigos/auditoriainternadeprocessos.pdf> consultado em janeiro 2019.

Pedrosa, A. C., & Gama, S. (2016). Introdução computacional à Probabilidade e Estatística com Excel (3º Edição). Porto: Porto Editora.

Pinheiro, C.G.A. (2013). Acrescentar valor à organização com a auditoria interna. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Pinheiro, J. L. (Out /Dez 2005). Auditoria interna – Criar sucesso. Revista de Auditoria Interna. Lisboa. nº22, 4-6

Pinto, C. (2016). A implementação da Auditoria Interna nas Empresas Portuguesas. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Polit, D. & Hungler, B. (1995). Fundamentação de Pesquisa de Enfermagem (3ª Edição). Porto Alegre: Artes Médicas.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.

Reinoite, A.R.D. (2014). Proposta de Implementação da Fundação de Auditoria Interna no Agrupamento de Escolas José Saraiva. Trabalho de Projeto do Mestrado de Contabilidade e Gestão Pública, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Rocha, D.A.R, (2016). O Contributo da Auditoria Interna na Elaboração de Boas Práticas Contabilísticas. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Rodrigues, A.M.G. (2012). O Contributo da Auditoria Interna para o Governo das Sociedades. Tese de Doutoramento de Gestão de Empresas, Faculdade de Economia da Universidade de Economia.

Rodrigues, W. C. (2007). Metodologia Científica.

[http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues\\_metodologia\\_cientifica.pdf](http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf). – Consultado em janeiro 2019.

Santi, P. A. (1988). Introdução à auditoria. São Paulo: Editora Atlas.

Santos, E.M.F (2015). O Sistema de Controlo Interno e a Qualidade da Auditoria. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Schneider, A. (2009). The Nature, Impact and Facilitation of External Auditor Reliance on Internal Auditing. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, v. 13, n. 4, p.41- 53.

Simmons, T. N., Costigan, M. L., & Lovata, L. M. (2009). Mandatory Audit Firm Rotation: Evidence from Illinois State Universities. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 13(3)

Sousa, M.J. & Baptista, C.S. (2011). Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios (2ª Edição). Lisboa: PACTOR.

Sousa, N.C. (2016). A importância da Auditoria na deteção e prevenção da fraude. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Teixeira, M. F. (2006). O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão eficaz. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade Aberta de Coimbra.

Tribunal de Contas (1999). Manual de auditoria e de procedimentos (Volume I). Lisboa.

Wood, D. A. (2004). Increasing Value Through Internal and External Auditor Coordination. The Institute of Internal Auditors Research Foundation.

Yin, R. (1994). Case Study Research: Design and Methods (2ª Edição). California: SAGE Publications.





## Apêndice I – Questionário Realizado

### O Impacto da Auditoria Interna na Gestão de uma Organização

Exmº Senhor (a),

Este questionário foi elaborado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Auditoria, aprovado pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, cujo tema é "O impacto da Auditoria Interna na Gestão de uma Organização".

Este inquérito é composto por 24 questões e a sua realização demora, aproximadamente, 5 minutos. O principal objectivo do questionário é analisar o comportamento de uma organização na presença de uma auditoria.

A informação prestada é de carácter confidencial.

Muito obrigada pela sua colaboração!

**\*Obrigatório**

#### 1. Sexo \*

Marcar apenas uma oval.

- Feminino  
 Masculino

#### 2.Qual o CAE\* a que pertence a Organização? \*

CAE\* : Classificação das Atividades Económicas Portuguesas por Ramo de Atividade

Marcar apenas uma oval.

- Comercial  
 Serviços  
 Indústria  
 Outra: \_\_\_\_\_

#### 3.Tipo de empresa? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sociedade Anónima  
 Sociedade por Quotas  
 Sociedade Unipessoal por Quotas  
 Outra: \_\_\_\_\_

#### 4.Qual o cargo que ocupa dentro da Organização? \*

Marcar apenas uma oval.

- Auditor Interno  
 Contabilista Certificado  
 Diretor Financeiro  
 Outra: \_\_\_\_\_

5.Há quantos anos exerce o cargo referido na questão anterior? \*

Marcar apenas uma oval.

- Até 5 anos  
 Entre 5 a 10 anos  
 Mais de 10 anos

6.Qual o volume de negócios a 31/12/2018 da Organização? \*

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 700 000 euros  
 Entre 700.000 e 8 000 000 euros  
 Mais de 8 000 000 euros

7.Número aproximado de funcionários da Organização? \*

Marcar apenas uma oval.

- Até 10 trabalhadores  
 Entre 10 e 50 trabalhadores  
 Mais de 50 trabalhadores

8.A Organização possui Organograma? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

9.A Organização possui departamento de Auditoria Interna? \*

Se a sua resposta for negativa passe diretamente para a questão nº16

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

10.O departamento de Auditoria Interna é constituído por quantas pessoas?

Marcar apenas uma oval.

- Até 3 pessoas  
 Entre 3 a 5 pessoas  
 Mais que 5 pessoas

11.A atividade de Auditoria Interna atua em que área(s) da Organização?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Financeira/Operacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão de Risco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos Humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comercial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12.O departamento de Auditoria Interna detém um manual contendo as normas e procedimentos para a execução dos trabalhos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

13.A atividade de Auditoria Interna é sujeita a avaliação?

Marcar apenas uma oval.

- Nunca  
 Poucas vezes  
 Muitas vezes  
 Sempre

14.Considera que as informações prestadas pela atividade de Auditoria Interna têm influência no processo de tomada de decisão de uma Organização?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Pouca influência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muita influência

15.O Auditor Interno fornece ao Órgão de Gestão algum relatório com sugestões para a melhoria dos sistemas contabilísticos e de controlo interno?

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

16.Numa escala de 1 (pouco importante) a 5 (muito importante) defina a importância dos principais objetivos da Auditoria Interna numa Organização: \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Identificar e gerir os riscos de negócio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mitigar a ocorrência de fraudes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dar suporte à estrutura de governo das sociedades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoiar a gestão na tomada de decisões e conferir maior credibilidade à organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhar a implementação de ações corretivas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17.Na organização, existe um Sistema de Controlo Interno (SCI)? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

18. Se respondeu afirmativo na questão anterior, de que forma o mesmo é aplicado? \*

Marcar apenas uma oval.

- Formal, através de um manual de procedimentos
- Informal, não existe documento escrito
- Outra: \_\_\_\_\_

19. O Órgão de Gestão coopera no desenvolvimento e manutenção do Sistema de Controlo Interno? \*

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Algumas vezes
- Sempre

20. Existem Sistemas de Controlo Interno associados à:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Fiabilidade do reporte financeiro?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Revisão dos processos de Sistema de Informação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Revisão dos controlos operacionais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21. O *Corporate Governance*\* é um dos temas que tem vindo a estar cada vez mais em foco pelo vasto conjunto de processos, políticas e boas práticas que podem ser aplicadas em todas as organizações. A organização adota princípios de *Corporate Governance*? \*

*Corporate Governance*\*: conjunto de boas práticas de governo pelas quais as empresas se regem.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

22. De que forma esses princípios são divulgados? \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Relatório de Contas
- Reuniões colaboradores/diretores
- Não são divulgados
- Outra: \_\_\_\_\_

23. A rotatividade dos Auditores Internos é uma mais valia para a prevenção e deteção da fraude de relato financeiro. Concorda com a afirmação? \*

Marcar apenas uma oval.

- Discordo
- Sem opinião
- Concordo

24. Na sua opinião, de forma a garantir a independência, ao fim de quantos anos deveria existir rotação do Auditor Interno? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos
- Não há relação entre o tempo na função e a independência